

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	4
5.3 - Descrição - Controles Internos	6
5.4 - Programa de Integridade	10
5.5 - Alterações significativas	12
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	20

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	21
10.2 - Resultado operacional e financeiro	52
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	57
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	61
10.5 - Políticas contábeis críticas	64
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	65
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	66
10.8 - Plano de Negócios	67
10.9 - Outros fatores com influência relevante	69

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos formalizada, aprovada pelo seu Conselho de Administração, em 07 de abril de 2016, e atualizada em 11 de maio de 2017.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. os riscos para os quais se busca proteção

- **Riscos Estratégicos:** são os riscos associados com as decisões estratégicas da organização para atingir os seus objetivos de negócios, e/ou decorrentes da falta de capacidade ou habilidade da Companhia para proteger-se ou adaptar-se a mudanças no ambiente.
- **Riscos Financeiros:** são os riscos associados à exposição das operações financeiras da organização. Os riscos financeiros podem ser classificados entre riscos de mercado, de crédito e de liquidez:
 - Riscos de Mercado: decorre da possibilidade de perdas (ou de ganhos menores que os inicialmente previstos) em decorrência do comportamento das taxas de mercado (de juros, do câmbio, de inflação, etc.);
 - Riscos de Crédito: refletem a possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores devidos por clientes ou outras contrapartes com as quais mantenha contratos financeiros;
 - Riscos de Liquidez: refletem a possibilidade de falta de recursos para honrar obrigações financeiras em decorrência da indisponibilidade de recursos ou da existência de recursos sem liquidez adequada.
- **Riscos de Compliance:** são os riscos relacionados a sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a organização pode sofrer como resultado da falha no cumprimento da aplicação de normas, leis, acordos, regulamentos, código de ética/conduita e/ou das políticas;
- **Riscos Operacionais:** são os riscos decorrentes da falta de consistência e adequação dos sistemas de informação, processamento e controle de operações, bem como de falhas no gerenciamento de recursos e nos controles internos ou fraudes que tornem impróprio o exercício das atividades da Companhia ou de suas controladas diretas e indiretas;
- **Riscos de Segurança da Informação:** são os riscos relacionados a controles ineficazes e/ou inexistentes, ações indevidas, que possam comprometer a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações da Companhia ou de suas controladas diretas e indiretas;

ii. os instrumentos utilizados para proteção

Para proteção contra os riscos, a Companhia conta com atividades de controle, sendo que estes compreendem políticas e procedimentos elaborados para assegurar que as diretrizes e os objetivos, definidos para minimizar seus riscos estejam sendo observados nas atividades executadas.

Além disso, a Companhia possui uma equipe de auditoria interna, que elabora e atualiza o seu plano anual de auditoria com foco nos riscos identificados que possuem maior relevância e exposição, realizando

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

auditorias de *compliance* externo e interno, de processos de negócio e demandas especiais (crises, investigação, opinião independente, conforto e como *advisor*). Por fim, a Companhia possui o chamado “Programa de *Compliance*”, que atua continuamente, monitorando e tratando os riscos de *compliance* à legislação vigente e políticas internas da Liq aplicáveis à Companhia com o objetivo principal de disseminar a cultura de conformidade, ética e transparência entre os colaboradores de todos os níveis da Companhia a fim de reduzir seus riscos e fortalecer a sua governança.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Em relação a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos, a Companhia conta com a seguinte estrutura:

- **Conselhos de Administração:** responsável por deliberar sobre as questões estratégicas concernentes ao processo de gestão de riscos, tais como o grau de apetite a riscos da empresa, o papel da diretoria executiva no gerenciamento dos riscos e a política que deve nortear todo o processo.
- **Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos e Compliance:** assessorar o Conselho de Administração da Companhia nas questões relacionadas a auditoria interna e externa, mecanismos e controles relacionados à gestão de riscos, estratégias e políticas voltadas a controles internos e conformidade com as normas aplicáveis em assuntos relacionados aos temas de sua competência na Companhia ou nas suas controladas diretas ou indiretas;
- **Diretorias Executivas:** gerir os riscos da Companhia e suas controladas diretas e indiretas, alocar recursos necessários ao processo e definir a infraestrutura apropriada às atividades de gerenciamento de riscos e aprovar normas específicas e o grau de apetite a riscos da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas com base na presente Política, nas deliberações e orientações do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos e *Compliance*;
- **Auditoria Interna:** responsável por realizar o *risk assessment* quando necessário para identificar os riscos aos quais a empresa está exposta, definir e executar o plano de auditoria com base nos riscos relevantes, reportar as falhas de controles e processos, monitorar a implementação dos planos de ação para tratar os riscos não mitigados e testá-los quando implementados;
- **Compliance:** responsável por realizar o *compliance risk assessment*, anualmente ou antes conforme necessidade para identificar os riscos de *compliance* aos quais a Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão expostas;
- **Áreas donas de riscos:** responsável por gerenciar os riscos inerentes às suas atividades, identificando-os, avaliando-os e tratando-os, com o intuito de manter e obter vantagens competitivas e garantir a geração de valor para acionistas e demais partes interessadas;
- **Comitê de Ética e Conduta:** responsável por aprovar o Código de Ética e Conduta, providenciar sua divulgação, esclarecer dúvidas sobre seu conteúdo e analisar as infrações cometidas por funcionários, que constituem violação do *compliance* ao Código de Ética e Conduta;
- **Comitê de Segurança da Informação:** disseminar a cultura de Segurança da Informação, alinhar os objetivos de Segurança da Informação com o plano estratégico da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas e analisar criticamente o Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI) da Contax em intervalos planejados, para assegurar a sua contínua adequação, pertinência e eficácia; e

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- **Segurança da Informação:** identificar, analisar e tratar os riscos de segurança da informação, implementar e manter o sistema gestor de segurança da informação de acordo com a necessidade da empresa, leis, regulamentos, contratos locais e internacionais.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que sua estrutura operacional de controles internos está adequada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2. Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:**

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A política de gestão de riscos abaixo descrita (“Política”), integra um conjunto de normas próprias da Companhia, sendo aplicável a esta a sua integralidade. A referida Política foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 07 de abril de 2016, e atualizada em 11 de maio de 2017.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para os riscos decorrentes da variação das taxas de juros, dentre outros riscos relacionados ao seu mercado de atuação. Os riscos de mercado para os quais se busca proteção estão mais detalhados no item 4.2 deste formulário de referência.

ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Atualmente, a Companhia não possui qualquer instrumento contratado objetivando a proteção patrimonial.

iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Não aplicável.

iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

- **Riscos político-econômicos:** Acompanhamento contínuo pela Diretoria Jurídica, de Auditoria e *Compliance*, bem como pelas áreas de negócio da Companhia, das matérias legislativas que envolvam os segmentos operacionais da Liq bem como as matérias relacionadas aos setores dos principais *stakeholders* da Companhia.
- **Riscos cambiais:** A Companhia apresenta a seguir o quadro de análise de exposição de câmbio apresentando regularmente em suas demonstrações financeiras.

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Exposição total		
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	4	721
Contas a receber de clientes		-
Mútuo	12.015	10.486
Fornecedores	(40)	-
Outros ativos e passivos, líquidos	542	905
	<u>12.521</u>	<u>12.112</u>

- **Riscos de taxas de juros:** A Companhia apresenta a seguir o quadro de análise de sensibilidade às variações das taxas de juros, considerando as projeções macroeconômicas divulgadas no Relatório Focus, emitido pelo BACEN, divulgado em 31 de dezembro de 2018:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Controladora e Consolidado						
31/12/2018						
Instrumentos	Valor contábil	Risco	Taxa	Cenário I provável	Cenário II variação da taxa em 25%	Cenário III variação da taxa em 50%
Debêntures. 1ª Emissão - 1ª Série	(354)	Aumento PU/PAR	3,48%	(366)	(369)	(372)
Debêntures. 1ª Emissão - 2ª Série	(183)	Aumento PU/PAR	3,48%	(189)	(191)	(193)
Debêntures. 2ª Emissão - 1ª Série	(6.259)	Aumento PU/PAR	3,48%	(6.477)	(6.531)	(6.586)
Debêntures. 2ª Emissão - 2ª Série	(20)	Aumento PU/PAR	3,48%	(21)	(21)	(21)
Debêntures. 3ª Emissão - Série Única	(459)	Aumento PU/PAR	3,48%	(475)	(479)	(483)
Debêntures. 5ª Emissão - 1ª Série	(13.619)	Aumento PU/PAR	3,48%	(14.093)	(14.211)	(14.330)
Debêntures. 5ª Emissão - 2ª Série	(4.423)	Aumento PU/PAR	3,48%	(4.577)	(4.615)	(4.654)
Debêntures. 5ª Emissão - 3ª Série	(4.845)	Aumento PU/PAR	3,48%	(5.014)	(5.056)	(5.098)
Debêntures. 5ª Emissão - 4ª Série	(9.091)	Aumento PU/PAR	3,48%	(9.407)	(9.486)	(9.566)
Debêntures. 6ª Emissão - 1ª Série	(3.765)	Aumento PU/PAR	3,48%	(3.896)	(3.929)	(3.962)
Derivativo 2ª Emissão - 1ª Série	(3.937)	Aumento Preço Ação	0,84	(3.307)	(4.134)	(4.961)
Derivativo 5ª Emissão - 3ª Série	(1.711)	Aumento Preço Ação	0,84	(1.437)	(1.797)	(2.156)
Derivativo 5ª Emissão - 4ª Série	(2.907)	Aumento Preço Ação	0,84	(2.442)	(3.052)	(3.663)
Derivativo 6ª Emissão - 1ª Série	(1.110)	Aumento Preço Ação	0,84	(932)	(1.166)	(1.399)
Impacto sobre as receitas/ despesas financeiras líquidas				50	(2.354)	(4.761)

- **Riscos de liquidez:** A Companhia executou o plano de reestruturação da dívida com o objetivo de adequar o nível de endividamento, diminuir a alavancagem financeira de forma a aumentar sua capacidade de honrar seus compromissos e obrigações. Como diretriz, o endividamento bruto deve estar concentrado no longo prazo. A tabela abaixo resume as obrigações contratuais e compromissos financeiros significativos que podem impactar a liquidez da Companhia em 31 de dezembro de 2018.

Consolidado							
31/12/2018							
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	2018	2019	2020	2021	2022
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos e financiamentos	95.268	221.376	-	215.024	4.012	2.340	-
Obrigações com arrendamento mercantil	1.795	1.795	-	1.077	718	-	-
Obrigações com arrendamento operacional	245.177	245.177	-	48.623	46.552	44.862	42.335
Fornecedores	142.279	142.279	142.279	-	-	-	-
Debêntures	43.018	1.260.966	-	1.822	31.874	63.701	63.633
							1.099.936

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e nos dois exercícios sociais anteriores, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção (hedge) ou de caráter especulativo.

v. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos da Companhia está descrita no item 5.1 deste formulário de referência.

c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que sua estrutura operacional de controles internos está adequada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Administração é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos adequados relativos aos relatórios financeiros da Companhia. Para avaliar a eficiência dos controles internos de divulgação das informações financeiras, a administração realiza a avaliação de riscos e processos, incluindo testes de controles para assegurar a eficiência, precisão e confiabilidade no ambiente de controles internos. O sistema de controle interno da Companhia foi elaborado para garantir de forma razoável e em todos os aspectos relevantes a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, conforme princípios contábeis geralmente aceitos. A administração entende que a forma de gestão de riscos e melhorias de controles internos tem sido eficiente nos últimos anos. Devido às limitações inerentes, os controles internos sobre os relatórios financeiros podem não prevenir ou não detectar erros. Além disso, as projeções sobre qualquer avaliação de efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles podem se tornar inadequados devido a mudanças nas condições existentes.

A Companhia revisita periodicamente seus processos internos a fim de melhorar a eficiência dos controles contábeis, contribuindo para a maior segurança nas aprovações de compras e despesas, bem como do registro contábil dentro do período de competência.

Especificamente com relação ao processo de gestão de ativos, a Auditoria Interna da Companhia realizou um trabalho de identificação dos principais pontos de melhoria e tratou diretamente com a diretoria da Companhia e as principais áreas estratégicas sobre os planos de ação para sua melhoria.

Dentro destes planos, destaca-se a criação de uma política de gestão de ativos fixos da empresa, atentando-se a realização de inventários físicos periódicos, controle e registro das transferências e baixas dos bens, aprimoramento do processo de identificação dos bens com placas e a melhoria no processo de conciliação.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

A Diretoria Financeira – principal área responsável pela elaboração das demonstrações financeiras – conta com o suporte da área de Controladoria para sua elaboração, garantindo a adoção das boas práticas de controle interno e observação das normas contábeis aplicáveis. A área de Auditoria Interna é responsável pela revisão dos controles, testando a aderência das políticas e controles internos da Companhia, bem como pela avaliação de riscos e execução do plano anual de auditoria, incluindo os aspectos relacionados à preparação das demonstrações financeiras.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Companhia possui as responsabilidades pela supervisão da eficiência dos controles internos estabelecidas na política de gestão de riscos (“Política”), conforme as definições abaixo:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- **Gestor de Controladoria:** responsável por identificar e corrigir eventuais falhas ou pontos de melhoria nos processos, que são identificadas internamente pela própria área, ou conforme apontado pelas Auditorias Interna e Externa.

- **Gestor de Auditoria Interna:** responsável por identificar os riscos que a empresa está exposta e desenvolver trabalhos de auditoria interna com foco em mapear e reportar os *gaps* de controles junto às diretorias responsáveis, com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia a determinados riscos. Para cada controle ineficaz existe um plano de ação com prazo e responsável, bem como um processo eficaz de *follow up* com reporte à Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos e *Compliance* com o objetivo de priorizar as implementações dos planos acordados, mitigando a exposição dos riscos identificados.

- **Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos e Compliance:** responsável por assessorar o Conselho de Administração da Companhia nas questões relacionadas à auditoria interna e externa, mecanismos e controles relacionados à gestão de riscos, estratégias e políticas voltadas a controles internos e conformidade com as normas aplicáveis em assuntos relacionados aos temas de sua competência nas sociedades controladas direta e indiretamente pela Companhia.

Adicionalmente, a Liq utiliza os princípios do *IIA (The Institute of Internal Auditors)* de três linhas de defesa no gerenciamento eficaz de riscos e controles, conforme segue:

- A 1ª Linha de Defesa é a área de negócio, responsável por identificar, mensurar, avaliar e mitigar os riscos de seu negócio. Cada unidade de negócio tem riscos operacionais inerentes e é responsável por manter controles internos eficientes e implementar ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles;
- A 2ª Linha de Defesa inclui funções de gerenciamento de risco e conformidade, exercida pela Controladoria em conjunto com as áreas de negócios para garantir que a 1ª linha de defesa tenha identificado, avaliado e reportado corretamente os riscos do seu negócio; e
- A 3ª Linha de Defesa é representada pela Auditoria Interna, que revisa de modo sistemático e eficiente às atividades das duas primeiras linhas de defesa e contribui para seu aprimoramento.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

O estudo e a avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia, conduzido pelos auditores independentes, em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras (relatório circunstanciado), foi efetuado com o objetivo de determinar a natureza, época e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

Não obstante, como resultado desse relatório, foram apresentadas à Companhia as deficiências de controle, dentre as quais destacamos as principais:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

1. Ausência de conciliação de impostos a recolher e recuperar e segregação entre Circulante e Não Circulante
2. Falta de conciliação analítica dos depósitos judiciais
3. Processo manual de receita e faturamento
4. Formalização das estimativas contábeis
5. Salvaguarda da documentação que suporta a avaliação da Administração quanto ao correto funcionamento dos controles internos da Companhia e suas controladas

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Conforme destacado no item “d” acima, a Administração avaliou as recomendações apontadas no relatório circunstanciado preparado pelos auditores independentes da Companhia, e elaborou planos de ação e medidas corretivas para todos os itens aplicáveis. Todas as medidas corretivas e planos de ação relevantes encontram-se em andamento e, em alguns casos, os possíveis efeitos apontados pelos auditores independentes, na opinião da administração, não se materializariam em função do desenho do próprio sistema de controle.

A Auditoria Interna incluiu no seu processo de *follow up* as medidas corretivas e planos de ação junto às diretorias responsáveis, com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia a determinados riscos, bem como incluiu o status em seu reporte à Diretoria Executiva e ao Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos e *Compliance*, destacando as implementações dos planos de ação mais relevantes e mitigando a exposição dos respectivos riscos, conforme sumariamente descritos a seguir.

Quanto a ausência de conciliação de impostos a recolher e recuperar e segregação entre Circulante e Não Circulante os auditores independentes identificaram que a Administração da Companhia não possui conciliações efetivas em relação aos impostos a recolher e a recuperar, recomendando um processo de conciliação e controles estruturados. A Administração da Companhia entende que o processo de conciliação do passivo de ISS está em andamento. Quanto ao montante da rubrica de INSS sobre faturamento, a companhia efetuou sua conciliação, não sendo necessário baixar o valor, visto que na conclusão dos trabalhos, o ativo se mostrou realizável. Também já foram ajustados os saldos de curto e longo prazo. A expectativa de conclusão do plano de ação para o passivo de ISS é o segundo trimestre de 2019, sendo que os demais apontamentos já se encontram regularizados.

No que tange a falta de conciliação analítica de depósitos judiciais, os auditores independentes recomendaram que a Companhia estabeleça relatórios e conciliações de depósitos judiciais (extra contábil) para demonstrar analiticamente os depósitos trabalhistas, fiscais e cíveis registrados contabilmente, bem como suas movimentações (adições, baixas e reversões), uma vez que o processo de conciliação das contas de depósitos é realizado por meio da extração de razões contábeis. Os saldos de depósitos judiciais trabalhistas, cível e tributários que não estavam devidamente conciliados com os saldos os extratos bancários, resultaram na divergência de R\$ 5.517 mil em 31 de dezembro de 2018. A Administração da Companhia elaborou um plano de ação que se encontra em andamento, com mais de 90% de depósitos analiticamente identificados. Esse plano de ação para o processo de conciliação possui uma estimativa de conclusão no segundo trimestre de 2019.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Referente às processo manual de receita e faturamento, os auditores independentes recomendaram que os processos de faturamento e reconhecimento de receita da Companhia suportados por controles manuais e com base em planilhas eletrônicas (Excel), sejam realizados por sistemas ou aplicativos protegidos por senhas e logins controlados pela área de segurança da informação e recursos humano. A Administração da Companhia entende que apesar desses processos serem manuais, eles são cuidadosamente tratados e conferidos por meios de segregação de funções entre executores e analistas. Esses processos são extremamente personalizados por cliente o que o torna complexo e há baixo custo benefício em tal investimento para sistematização.

Acerca da formalização de estimativas contábeis, os auditores independentes identificaram que Companhia possui diversas estimativas contábeis consideradas para elaboração de suas demonstrações financeiras, como por exemplo: provisão para contingências, perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD), receita a faturar, perdas estimadas para saldos retidos de clientes, valor justos de passivos e ativos financeiros, não sendo constatado a formalização dessas políticas, revisadas e aprovadas pelos membros da Administração da Companhia, evidenciando o processo de preparação e registro dessas estimativas. A Administração entende que a Companhia mantém controle e racional financeiro para todas as suas estimativas e efetua seus registros contábeis dentro das normas emanadas pelo CPC e IFRS. Todavia como forma de aprimorar suas práticas a Companhia estruturou um plano de ação para estabelecer políticas formais com a descrição dos referidos processos, cujo prazo de conclusão estimado é para o terceiro trimestre de 2019.

Por fim, referente a salvaguarda da documentação que suporta a avaliação da Administração quanto ao correto funcionamento dos controles internos da Companhia e suas controladas, os auditores independentes da Companhia recomendaram a adequada formalização de sistemas como forma de mitigação do risco de que atividades similares sejam executadas de maneiras ou mesmo em desacordo com as práticas autorizadas pela Administração. A Administração da Companhia entende que atualmente possui diversos controles aplicados em seu processo operacional e identifica e reconhece como processos de maior relevância os seguintes: (i) Reconhecimento de receita, (ii) Folha de pagamentos, e (iii) Contingências trabalhistas, que tem grande representatividade em decorrência de sua característica de negócio. Como plano de ação para esta prática, a Companhia realizará o detalhamento formal dos processos, considerando a execução e documentação de realização de testes de forma a mitigar riscos e melhorar os processos de sua operação. Este plano de ação possui estimativa de conclusão para o terceiro trimestre de 2019.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 Mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pela Companhia para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

A Companhia está comprometida com a promoção da conduta ética em conformidade com ordenamento jurídico vigente e com os princípios e valores assumidos em seu Código de Ética e Conduta, que reúne comportamentos e atitudes que acredita serem indispensáveis no comportamento humano, seus valores e a maneira que atua, reforçando a exigência de uma postura ética e íntegra, de todos os seus públicos de contato.

Adicionalmente, a Companhia possui Política de Anticorrupção e Integridade, que deve ser interpretada e cumprida em conjunto com o seu Código de Ética e Conduta, e descreve e explica as proibições contra suborno e corrupção e outras fraudes em todas as suas operações, destacando os requisitos de *compliance* específicos relacionados a essas proibições e reforçando o seu compromisso em conduzir seus negócios com os mais altos padrões de honestidade e integridade. Ambos os documentos são aplicáveis a todos os colaboradores, administradores, parceiros ou qualquer terceiro que se relacione ou atue em nome da Liq Participações S.A. e suas controladas.

A Companhia cumpre toda a legislação a que estiver obrigada pelos negócios e atividades que pratica, inclusive legislação internacional ou transnacional quando lhe for aplicável em decorrência de contratos comerciais que vier a firmar, com destaque ao Foreign Corrupt Practices Act (FCPA – Estados Unidos) e UK Bribery Act (Reino Unido).

Dentre os mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos, destaca-se o programa de treinamento anticorrupção periódico para seus colaboradores, além do recorrente trabalho de conscientização de que a Cultura Organizacional da Companhia não tolera a prática de qualquer ato de descumprimento da legislação, com destaque a atos de corrupção. A Companhia também realiza controle de cumprimento do Código de Conduta Ética e da Política de Anticorrupção e Integridade com o uso de ferramentas internas, com destaque às informações provenientes do Canal Direto e auditorias.

O Comitê de Ética e Conduta é órgão responsável pelo monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade e cumprimento das diretrizes previstas no Código de Conduta Ética pelos colaboradores, fornecedores ou parceiros de negócios da Companhia, bem como por definir penalidade cabíveis em caso de descumprimento. O Comitê de Ética e Conduta é composto por integrantes representantes do Comitê Executivo, do Jurídico, do Financeiro, da Auditoria, de Recursos Humanos, de Negócios e Marketing.

A Companhia possui canal de denúncia externo, denominado Canal Direto, e segue as melhores práticas de governança corporativa, garantindo a independência, o sigilo, a segurança e o total anonimato ao denunciante a partir da preservação da confidencialidade das informações. O Canal Direto permite uma comunicação isenta e ética com os colaboradores, fornecedores, clientes e parceiros. As manifestações são recepcionadas pela TMF - empresa terceira que recebe os contatos. Além disso, ao fazer a manifestações, é gerado um número de protocolo e senha que permitem acompanhar com privacidade o andamento da apuração.

O Código de Ética e Conduta teve sua última revisão aprovada pelo Conselho de Administração na reunião realizada no dia 14 de novembro de 2017. A Política de Anticorrupção e Integridade da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração na reunião realizada no dia 08 de março de 2017 e estão disponíveis para consulta na rede mundial de computadores, na página da Companhia (<https://www.liq.com.br>).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Nos processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias, a Companhia adota procedimentos de *due diligence* a fim de investigar, diagnosticar, analisar e mensurar as principais oportunidades, vulnerabilidades e riscos presentes na operação.

As políticas, procedimentos e mecanismos adotados pela Companhia para promoção da conduta ética, prevenção, identificação e correção de desvios, de quaisquer atos em desacordo com o ordenamento jurídico vigente e com os princípios e valores assumidos estão em constante revisão e aprimoramento.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5 Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados de operações de forma adversa. A Companhia está constantemente monitorando mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar as atividades, por meio do acompanhamento dos principais indicadores de desempenho. A Companhia adota política de foco contínuo na disciplina financeira e na gestão conservadora de caixa.

Em 07 de abril de 2016, o Conselho de Administração da Companhia aprovou sua Política de Gerenciamento de Riscos e, em 20 de abril de 2016, os acionistas da Companhia em assembleia geral extraordinária aprovaram a reforma do estatuto social da Companhia que aprovou a criação de comitês de assessoramento ao conselho, entre eles, o Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos e *Compliance*. A Companhia entende que a aprovação de sua Política de Gerenciamento de Riscos, bem como a atuação do comitê de assessoramento ao conselho de administração contribuirão de forma positiva no gerenciamento dos riscos pela Companhia.

Em relação ao último exercício social, em função do atual endividamento da Companhia, a Administração entende que alguns dos principais riscos aos quais a Companhia está exposta foram mantidos e outros novos incluídos, conforme abaixo destacado.

O nível de endividamento da Companhia se encontra mais elevado do que em outras companhias de capital aberto de atividades similares e depende da geração operacional de caixa e/ou reperfilamento de pagamentos futuros de serviço da dívida para não comprometer a solvência ou gerar restrições de liquidez na Companhia

Conforme é possível depreender dos demonstrativos financeiros do último ano divulgado, a Companhia encerrou o exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, com uma dívida líquida de R\$ 54,3 milhões, menor em R\$ 958,3 milhões ao valor registrado no final de 2017, que foi de R\$ 1.012,6 milhões. Em 2016, o valor da dívida líquida foi de R\$ 1.109,0 milhões, R\$ 96,4 milhões menor que em 2017. Para mais informações sobre a dívida líquida da Companhia, ver item 3.2 deste formulário de referência.

A dívida bruta (soma dos passivos “empréstimos e financiamentos”, “debêntures” e “obrigações com arrendamento mercantil” circulantes e não circulantes) da Companhia alcançou R\$ 149,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, uma redução de R\$ 1.069,4 milhões em relação a 31 de dezembro de 2017. Em 31 de dezembro de 2017, a dívida bruta da Companhia era de R\$ 1.219,1 milhões, comparada à dívida bruta de R\$ 1.432,9 milhões no encerramento do exercício social de 2016.

As alterações refletem a implementação do IFRS 9, que alterou a forma de contabilização da dívida financeira, passando a avaliar o saldo total da dívida financeira pelo valor justo a partir do primeiro trimestre de 2018, . Adicionalmente, em função das debêntures conversíveis (3ª e 4ª séries da 5ª emissão e 6ª emissão) e do bônus de subscrição (1ª série da 2ª emissão), foi contabilizado o valor justo desses instrumentos financeiros híbridos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

O endividamento atual da Companhia está atrelado, essencialmente, às taxas do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”) e ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”). Na ocorrência de alterações adversas no mercado que resultem na elevação do CDI, TJLP e do IPCA, o custo do endividamento da Companhia pode sofrer um impacto adverso relevante.

Em função do endividamento atual, os recursos financeiros gerados internamente e as disponibilidades advindas de instituições financeiras e do mercado de capitais podem não ser suficientes para atender à nossa necessidade de recursos ou tais créditos podem não estar disponíveis ou, se disponíveis, poderão não ser disponibilizados em condições satisfatórias. Financiamentos futuros, se disponíveis, poderão resultar em: (i) aumento do custo médio do nosso endividamento, (ii) maior alavancagem; (iii) menor disponibilidade de recursos próprios para cumprir com os planos de nossa capacidade produtiva e (iv) menor disponibilidade de recursos para o pagamento de proventos aos acionistas. Ademais, dívidas futuras poderão limitar nossa capacidade de suportar pressões competitivas e nos tornar mais vulneráveis a crises econômicas. Caso não sejamos capazes de gerar ou obter recursos adicionais no futuro, poderemos ser forçados a reduzir ou postergar despesas ou investimentos, a vender ativos, reestruturar ou refinar nossas dívidas.

Em um cenário de deterioração dos nossos indicadores financeiros e/ou no caso da diminuição da oferta de crédito, influenciado pelas condições políticas, econômicas e de mercado do Brasil e/ou do desempenho de nossas operações, a nossa capacidade em obter qualquer financiamento futuro necessário para capital de giro, dispêndios de capital e/ou pagamentos de principal e juros sobre o endividamento poderá ser limitada, o que poderá resultar em reduções e/ou deterioração do nosso desempenho econômico e, inclusive, eventual redução do nosso quadro de colaboradores ou adoção de medidas judiciais ou extrajudiciais para alinhamento de credores.

O mercado de crédito no Brasil tem passado recentemente por uma significativa volatilidade em função das incertezas políticas e econômicas regionais, a manutenção dessas incertezas no mercado podem ter um efeito adverso sobre nós, incluindo nossa capacidade de refinar dívidas. Além disso, a contínua incerteza nos mercados de capital e de crédito pode impactar negativamente nossa capacidade de acesso a financiamento adicional de curto e longo prazos, afetando negativamente nossa liquidez e situação financeira.

Com a limitação de contração de crédito e aumento das taxas de juros, podemos também não conseguir aprimorar a qualidade de nosso endividamento e podemos aumentar o nosso custo de captação.

O nível de endividamento elevado e a composição do endividamento da Companhia podem gerar consequências adversas, dentre as quais, destacam-se: (i) comprometer a liquidez e a solvência da Companhia; (ii) comprometer substancialmente as disponibilidades de caixa para o pagamento dos saldos devedores das dívidas, reduzindo de forma adversa o caixa disponível para financiar capital de giro e investimentos; (iii) limitação da flexibilidade da Companhia de planejar ou reagir a mudanças em seu negócio; e (iv) restrição de sua capacidade de obter financiamentos necessários no futuro ou aumento do custo para tomar novas dívidas. Para mais informação sobre o endividamento da Companhia, ver item 10.1(f).

A Companhia não pode garantir que seus esforços serão suficientes para minimizar suas perdas ou revertê-las, gerando impactos materiais adversos no seu resultado, nos seus

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

negócios, na sua capacidade de distribuir dividendos aos seus acionistas, de obter financiamentos e de readequar-se em função de mudanças nas condições do mercado.

A condição financeira da Companhia enfraqueceu nos últimos anos, conforme seus indicadores financeiros. No ano de 2018, (a) a Receita Operacional Líquida (“ROL”) da Companhia foi de R\$ 1.360,4 milhões, representando uma redução de 20% em relação a 2017; (b) o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (em inglês “*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* - EBITDA”), totalizou R\$ 12,8 milhões, com margem EBITDA de 0,9% (R\$ -144,0 milhões com margem EBITDA de -8,5% em 2017); e (c) a Companhia registrou prejuízo líquido de R\$ 223,4 milhões em 2018, em comparação ao prejuízo líquido de R\$ 386,4 milhões em 2017 e de R\$ 213,7 milhões em 2016.

A Companhia adota controle e um processo contínuo de revisão de custos para diminuir os impactos na redução de receita de seus clientes, no entanto, os esforços de redução de custos podem não suficientes ou não acompanhar a redução de receita de nossos clientes na mesma proporção.

Em 2017, a Companhia iniciou um processo de renegociação com seus credores para alongamento do fluxo financeiro de suas dívidas. Em Assembleias Gerais de Debenturistas realizadas em 14 e 21 de agosto de 2017 e em 13 de setembro de 2017, foram firmados novos aditamentos para essa dívida. No dia 14 de dezembro de 2017, todas as condições de eficácia para o alongamento das dívidas foram atendidas pela Companhia. Os novos termos e condições das debêntures e empréstimos bancários incluem a carência de dois anos para o pagamento de juros e de três anos para o início do pagamento de principal.

Em novembro de 2018, a Companhia anunciou o início de um novo processo de renegociação de suas dívidas, buscando, preventivamente, alternativas para fortalecer sua estrutura de capital, incluindo, mas não se limitando, a discussões com seus principais credores. Ao longo do primeiro trimestre de 2019, a Companhia obteve de seus principais credores a postergação de pagamento de juros enquanto negocia os novos termos de condições da dívida. No entanto, a Companhia não pode assegurar que todos os seus credores financeiros aceitarão os termos e condições propostos pela Companhia.

A Companhia não pode assegurar que todas as etapas da reestruturação sejam cumpridas, e que tais medidas, em conjunto com as tomadas no âmbito da reestruturação financeira, serão suficientes para melhorar ou reverter a condição financeira e operacional em que se encontra, o que poderia afetar adversamente a capacidade da Companhia em obter financiamentos em termos favoráveis (tornando-a mais vulnerável a impactos de eventos inesperados ou à deterioração do cenário operacional).

Caso a situação financeira e operacional da Companhia não sofra melhoras, sua imagem poderá ser afetada e, em consequência, sua atratividade junto a clientes pode sofrer uma queda, com impacto direto na redução de sua receita líquida e resultado operacional, na capacidade de readequar-se em função de mudanças nas condições de mercado, no caixa mínimo operacional, na capacidade de distribuir dividendos, bem como queda no valor das ações de sua emissão.

O não cumprimento dos compromissos assumidos no Reperfilamento da Dívida Financeira, entre eles a não distribuição de dividendos antes de alcançado um determinado equilíbrio entre seu endividamento e o Ebitda, o pagamento de juros e a manutenção de

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

covenants financeiros, pode acarretar a aceleração de nossas dívidas e causar um efeito material adverso à Companhia.

A Companhia assumiu determinados compromissos no reperfilamento de sua dívida financeira em 2017, entre eles a não realização de determinados atos, como a distribuição de dividendos, até que se alcance um determinado equilíbrio entre o endividamento e seu Ebitda, bem como o atendimento às cláusulas restritivas de alavancagem e liquidez (*covenants financeiros*) existentes em contratos de empréstimos de que é parte e nas debêntures de sua emissão e o pagamento de juros a partir de 2019 e de amortização de principal a partir de 2020.

Caso a Companhia não seja capaz de cumprir com os compromissos assumidos, inclusive pagamentos de juros e principal, assim como com os *covenants* financeiros, os credores e/ou os debenturistas poderão, a seu exclusivo critério, decretar o vencimento antecipado das respectivas dívidas, bem como poderão acionar o vencimento antecipado de outras dívidas que contenham cláusula de vencimento antecipado cruzado em relação às dívidas inadimplidas ou vencidas antecipadamente (*cross default* ou *cross acceleration*). O vencimento antecipado de dívidas poderá afetar adversamente a capacidade de pagamento e solvência da Companhia, assim como limitar o acesso da Companhia a novas linhas de crédito para financiamento do seu capital de giro e de investimentos.

A Companhia pode não conseguir atender as cláusulas restritivas de alavancagem e liquidez (*covenants* financeiros) de seus contratos de empréstimos e escrituras de debêntures.

A Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas de alavancagem e liquidez (*covenants* financeiros) existentes em contratos de empréstimos de que é parte e nas suas escrituras de emissões das debêntures. Em março de 2018, a Companhia concluiu negociação para reperfilamento de suas dívidas com os credores e os debenturistas, por meio da qual a Companhia se comprometeu em observar, a partir do 2º trimestre de 2018, os indicadores financeiros previstos na tabela abaixo:

Demonstrações financeiras trimestrais relativas ao exercício social de	Índice (ratio) resultante da apuração do Índice Dívida Líquida / EBITDA aplicável em razão igual ou inferior a
2018	9,0 vezes
2019	6,5 vezes
2020	5,0 vezes
2021	3,5 vezes
A partir do exercício social de 2022 inclusive	3,0 vezes

Demonstrações financeiras trimestrais relativas ao exercício social de	Índice (ratio) resultante da apuração do Índice EBITDA / Despesa Financeira Líquida aplicável em razão igual ou superior a
---	---

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

2018	1,0 vez
2019	1,0 vez
2020	1,5 vez
A partir do exercício social de 2021 inclusive	2,0 vezes

Caso a Companhia não seja capaz de cumprir os *covenants* financeiros gerando inadimplementos que não sejam sanados ou renunciados por seus respectivos credores, os credores e/ou os debenturistas poderão, a seu exclusivo critério, decretar o vencimento antecipado das respectivas dívidas, bem como poderão acionar o vencimento antecipado de outras dívidas que contenham cláusula de vencimento antecipado cruzado em relação às dívidas inadimplidas ou vencidas antecipadamente (*cross default* ou *cross acceleration*). O vencimento antecipado de dívidas poderá afetar adversamente a capacidade de pagamento e solvência da Companhia, assim como limitar o acesso da Companhia a novas linhas de crédito para financiamento do seu capital de giro e de investimentos. Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, ver o item 10.1(f) deste formulário de referência.

A Companhia, no âmbito da renegociação de sua dívida iniciada em novembro de 2018, solicitou aos seus credores a renúncia (*waivers*) de determinados direitos previstos nos instrumentos de dívida em função do não atingimento dos índices de alavancagem, bem como vem discutindo alterações nestas cláusulas restritivas de alavancagem e liquidez com o intuito de flexibilizar sua estrutura, a fim de não impactar no período de recuperação financeira e operacional da Companhia. No entanto, não é possível assegurar que todos os credores aceitarão os novos termos e condições propostos pela Companhia, nem que tais cláusulas serão alteradas, de modo que os credores e/ou debenturistas poderão, a seu exclusivo critério, caso ocorra uma quebra de *covenants*, decretar o vencimento antecipado das respectivas dívidas, bem como acionar o vencimento antecipado de outras dívidas que contenham cláusula de vencimento antecipado cruzado em relação às dívidas inadimplidas ou vencidas antecipadamente (*cross default* ou *cross acceleration*). O vencimento antecipado de dívidas poderá afetar adversamente a capacidade de pagamento e solvência da Companhia, assim como limitar o acesso da Companhia a novas linhas de crédito para financiamento do seu capital de giro e de investimentos.

Decisões adversas em processos trabalhistas, fiscais e cíveis poderão ter um efeito negativo sobre a lucratividade da Companhia.

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, envolvendo diversas questões legais e regulatórias incluindo, mas não se limitando, a processos trabalhistas, fiscais, cíveis, societários e ações civis públicas. Não há garantias de que as provisões serão suficientes para fazer face ao custo total decorrente de decisões adversas em demandas judiciais e administrativas. A Companhia está sujeita a possíveis processos administrativos e/ou judiciais movidos pelo Ministério Público do Trabalho e Ministério do Trabalho e Emprego, dentre outros órgãos.

Uma ou mais decisões desfavoráveis à Companhia em qualquer processo judicial ou administrativo poderá ter um efeito negativo relevante sobre os seus resultados. Além das provisões financeiras e dos custos com honorários advocatícios para a assessoria dessas causas, a Companhia poderá ser obrigada a oferecer garantias em juízo relacionadas a tais processos, o que

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

poderá afetar adversamente sua capacidade financeira. Para informações adicionais sobre eventuais processos judiciais, arbitrais ou administrativos, vide o item 4.3 deste formulário de referência.

O investimento dos acionistas da Companhia poderá sofrer diluição na hipótese de exercício dos bônus de subscrição emitidos no âmbito da 2ª Emissão de Debêntures da Companhia, assim como na hipótese de conversão de debêntures em ações pelos debenturistas da 3ª e 4ª Séries da 5ª Emissão e da 6ª emissão de Debêntures da Companhia.

Os debenturistas da 2ª emissão de debêntures de emissão da Companhia também detentores de bônus de subscrição que lhes confere o direito de subscrever, para cada debênture da 1ª série da 2ª emissão, um número de ações ordinárias da Companhia correspondente ao resultado da divisão (i) do valor nominal das debêntures da 1ª série da 2ª emissão na data do exercício do bônus de subscrição; (ii) pelo preço de exercício atualizado de – R\$4,89 por ação ordinária (ver o item 18.5. “Outros Valores Mobiliários emitidos no Brasil” deste formulário de referência).

O valor nominal atualizado total das debêntures da 1ª série da 2ª emissão em 31/12/2018 era de R\$183,5 milhões.

Os investidores da Companhia estarão sujeitos à diluição em caso de exercício dos bônus de subscrição (ver seção 18.9 “Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor” deste formulário de referência).

As Debêntures da 3ª série e da 4ª série da 5ª emissão e da 6ª emissão de debêntures, a exclusivo critério dos Debenturistas, poderão ser convertidas em Ações (i) pelo Preço de Referência, a qualquer tempo a partir da data de integralização (20/03/2018) das Debêntures e por até 45 dias contados de tal data; e (ii) pelo Preço de Referência Ajustado, trimestralmente, nos dias 15 dos meses de março, junho, setembro e dezembro, a partir do 46º dia (inclusive) contado da data de integralização das Debêntures e até que ocorra a efetiva quitação de todas as obrigações pecuniárias da Companhia previstas nesta Escritura de Emissão, exceto: (1) nos dias em que haja assembleia geral de acionistas da Companhia; (2) durante o período compreendido entre a publicação de edital de convocação pela Companhia para convocação de assembleia geral de acionistas da Companhia que tenha por objeto deliberar a respeito da distribuição de dividendos pela Companhia para o respectivo período em questão e a data de realização de referida assembleia geral de acionistas da Companhia; e (3) na data de pagamento integral dos valores devidos pela Emissora no âmbito das Debêntures, conforme aplicável, hipóteses nas quais as Debêntures deverão ser convertidas no próximo dia útil imediatamente subsequente, conforme o caso.

Os investidores da Companhia estarão sujeitos à diluição em caso de conversão das debêntures da 3ª e 4ª série da 5ª emissão e da 6ª emissão de debêntures, a partir da data de conversão. (ver seção 18.9 “Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor” deste formulário.)

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Uma grande parcela da receita da Companhia é proveniente de um número limitado de clientes, e a perda, inadimplemento ou redução acentuada de atividade de um ou mais desses clientes poderá afetar de maneira significativa a situação financeira da Companhia.

A Companhia concentra os esforços de qualidade e atendimento, de forma estratégica, às expectativas dos clientes na formação de relacionamentos e fidelização de longo prazo com grandes empresas em determinados setores. Consequentemente, ela depende de um número limitado de clientes responsáveis por uma parcela significativa de sua receita. Os contratos celebrados com o maior cliente da Companhia, a Oi S.A., representava cerca de 50,05% da sua receita do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

A perda de um cliente-chave, o inadimplemento ou a não conservação de uma parcela significativa de negócios com um dos clientes-chave, caso aconteçam, poderão exercer um efeito negativo sobre a receita total da Companhia e de sua situação financeira como um todo.

Adicionalmente, conforme fato relevante divulgado pela Companhia em 20 de junho de 2016 e em 16 de maio de 2017, da Oi S.A., um dos principais clientes da Companhia, entrou em recuperação judicial, divulgando uma lista de credores, da qual constavam as sociedades controladas pela Companhia (Liq Corp S.A. – anteriormente denominada Contax-Mobitel S.A. e Todo Tecnologia da Informação S.A.- que foi posteriormente incorporada pela Liq Corp S.A.), totalizando créditos no valor de R\$ 124.152.828,26 (cento e vinte e quatro milhões, cento e cinquenta e dois mil, oitocentos e vinte e oito reais e vinte e seis centavos). Conforme estabelecido em Assembleia realizada em 20 de dezembro de 2017 e homologado pela Justiça, sobre o saldo a receber houve um desconto a título de perdão de dívida que será reajustado anualmente pela TR + 0,5% de 10% (R\$ 11.507) registrado no resultado da Companhia no grupo de Outras (despesa) Receitas Operacionais liquidas. Os pagamentos serão feitos em 4 parcelas iguais e consecutivas sempre no último dia útil do ano, com início em 2019 até 2022. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia efetuou um ajuste a valor presente (AVP) no valor de R\$ 12.643 considerando uma taxa de desconto de 6,89%.

Em decorrência do IFRS 9, a dívida financeira reperfilada e dos instrumentos financeiros híbridos (dívida e derivativo embutido) da Companhia foi contabilizada por seu valor justo. Como consequência dessa prática, o resultado e o patrimônio líquido da Companhia podem sofrer impacto positivo ou negativo dependendo da variação do valor justo destes instrumentos.

A dívida financeira reperfilada e os instrumentos financeiros híbridos (dívida e derivativo embutido) da Companhia foram contabilizados por seu valor justo, em atendimento às regras do IFRS9. As debêntures conversíveis em ações da 3ª e 4ª série da 5ª Emissão de Debêntures, da 6ª Emissão de Debêntures e os bônus de subscrição da 1ª série da 2ª Emissão de Debêntures são revisados regularmente para o ajuste de seu valor justo. Como consequência, o resultado e o patrimônio líquido da Companhia podem ser impactados positiva ou negativamente, a depender da variação do valor justo desses instrumentos, que dependem de determinadas condições do mercado, como a oscilação do preço da ação, a volatilidade do papel e a taxa média indicativa de negociação das debêntures no mercado secundário.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Atualmente, exceto pelo exposto acima, não foi identificado um cenário de aumento ou redução na exposição da Companhia aos riscos mencionados no item 4.1 deste Formulário de Referência.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.6 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Não existem outras informações relevantes para este item.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A Liq Participações S.A. (“Companhia”) tem como objeto social a participação em outras sociedades comerciais e civis, como sócia, acionista ou cotista, no país ou no exterior.

A Companhia possui como controlada direta a Liq Corp S.A. (antiga Contax-Mobitel S.A.), que incorporou sua controlada direta TODO Soluções em Tecnologia S.A. (“Todo”), que em maio de 2017, também incorporou a TODO Soluções em Engenharia e Tecnologia S.A. (“Todo Engenharia”).

A Ability Comunicação Integrada Ltda. (“Ability”), que até o exercício de 2016 era controlada diretamente pela Companhia, foi incorporada pela Liq Corp.

Em 09 de setembro de 2016, foi concluído o processo de venda do seu “Grupo Allus”, assim considerado: Stratton Spain S.L. (“Stratton Espanha”), que por sua vez, possuía como controladas: (i) a Allus Spain S.L. (“Allus”), (ii) a Stratton Argentina S.A. (“Stratton Argentina”), (iii) a Stratton Chaco S.A. (“Stratton Chaco”); (iv) a Stratton Peru S.A. (“Stratton Peru”), (v) a Multienlace S.A.S, (vi) Allus Spain – Sucursal do Peru, (vii) BEX S.A. (“BEX Argentina”), (viii) a Stratton Nea S.A. (“Stratton Nea”) e (ix) a Stratton Res S.A. (“Stratton Res”).

A Liq é uma empresa de *customer experience* que fomenta a diversidade e tem como um dos seus principais pilares a inclusão social. Aproxima as marcas de seus consumidores, por meio de soluções completas em BPO e CRM e estratégias voltadas para o Marketing Promocional e Trade. Com um olhar humano e uma abordagem all-line (varejo, voz, chat, e-mail, digital), a Liq cria junto com seus clientes soluções customizadas, inteligentes, descomplicadas e centradas no consumidor final, utilizando a tecnologia e a multicanalidade como ferramentas que transformam o atendimento em uma experiência única de relacionamento.

A visão de negócio da Companhia, com o objetivo de torna-la cada vez mais fluida e preparada para atender as empresas e os seus consumidores, está estruturada a partir de quatro pilares principais: (i) otimização de despesas; (ii) diversificação para mudança dos negócios; (iii) inovação em serviços e soluções; e (iv) reputação operacional.

O ano de 2018 foi marcado pela consolidação do novo posicionamento estratégico da Companhia, tornando-se a única empresa do setor com abordagem All-line, capaz de atuar em toda a jornada do consumidor. Importante destacar também que com fortalecimento da estrutura de capital, após a formalização das negociações por parte dos credores no final de 2017, a Liq, pôde focar em iniciativas de redução de custos e despesas, como a adoção de novos modelos de contratos de fornecimento, a readequação da capacidade operacional e da base de sites operacionais, visando adequar a estrutura ao novo patamar da Companhia em termos de receita e rentabilidade.

Em 2018, a Receita Operacional Líquida (ROL) da Companhia foi de R\$ 1.360,4 milhões, representando uma redução de 20,0% em relação a 2017, que foi de R\$ 1.700,8 milhões. Em 2017, a receita teve uma queda de 16,7% em relação ao ano de 2016, que foi de R\$ 2.042,6 milhões. A receita total da Liq foi impactada pelo novo volume demandado pelos clientes ao longo do período.

Ao longo de 2018 a Companhia foi consistente na redução dos custos e despesas, as ações desenvolvidas objetivaram maior eficiência e qualidade dos serviços prestados. Melhorias na gestão do *capacity* e iniciativas de turnaround operacional contribuíram para a redução de custos.

Em 2018, o Custo dos Serviços Prestados representou R\$ 1.393,0 milhões, isto é, uma baixa de 19,4% em relação a 2017 que foi de R\$ 1.727,9 milhões. O Custo dos Serviços Prestados em 2017 foi 11,3% menor comparado ao ano de 2016 que foi de R\$ 1.948,2 milhões. Ajustando esses mesmos custos no resultado do ano, o Prejuízo Bruto foi de R\$ 32,6 milhões, com margem bruta de (2,4%), (1,6%) e 4,6% respectivamente aos períodos de 2018, 2017 e 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O custo com pessoal em 2018 teve uma redução significativa, reduzindo em R\$ 232,7 milhões ou 18,5% em relação a 2017. Essa variação é decorrente da readequação da capacidade operacional e administrativa, para refletir o novo nível de demanda de serviços dos clientes. Os custos com Serviços de Terceiros, em 2018, foram reduzidos em R\$ 9,8 milhões, ou 5,9% quando comparado ao ano de 2017, principalmente pelas ações focadas na identificação de economias e capturas de sinergias dos contratos com fornecedores. Para a linha de Aluguéis e Seguros, o custo foi menor em R\$ 13,3 milhões no ano equivalente a uma redução de 17,7% com relação a 2017. Por sua vez, os custos com contingências trabalhistas foram reduzidos em R\$ 60,7 milhões ou 38% em relação a 2017.

Em 2018, o EBITDA totalizou R\$ 10,2 milhões, com margem EBITDA de 0,7% comparado ao EBITDA de R\$ (144,0) milhões com margem EBITDA de -8,5% em 2017 e R\$ 226,3 milhões com margem EBITDA de 11,5% em 2016. No ano de 2018, a Companhia registrou Prejuízo Líquido de R\$ 226,1 milhões, em comparação a Prejuízo Líquido de R\$ 386,4 milhões em 2017 e Prejuízo Líquido de R\$ 78,3 milhões em 2016 (reapresentado). A variação em 2018 reflete principalmente a redução da receita no período, conforme exposto acima.

A recuperação parcial do resultado no último exercício social reflete principalmente as ações adotadas pela Companhia com foco na eficiência operacional, por meio da racionalização dos custos e despesas. Porém ainda há descasamento entre receitas e custos ocasionado pela diminuição de volume e o consequente processo de readequação da estrutura. Este processo foi iniciado no primeiro semestre de 2015 para atender ao novo nível de demanda da Companhia, visando à recomposição de suas margens aos patamares compatíveis com o setor.

Por sua vez o caixa líquido proveniente das atividades operacionais foi um saldo negativo de R\$ 60,6 milhões em 2018, comparado com um saldo positivo de R\$ 26,9 milhões em 2017 e um saldo negativo de R\$ 414,8 milhões em 2016.

Em R\$ milhões

Fluxo de caixa	2018	2017	2016
Caixa líquido das atividades operacionais	(60,6)	26,9	(414,8)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(11,2)	(24,0)	532,3
Caixa líquido das atividades de financiamento	(33,6)	(118,7)	(161,4)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(5,6)	(1,6)	(1,7)
Acréscimo (redução) líquido em caixa	(111,0)	(117,4)	(45,6)
Caixa no início do exercício	206,5	323,9	369,5
Caixa no fim do exercício	95,5	206,5	323,9

Ademais, a Companhia apresentou os seguintes indicadores:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em R\$ milhões (Exceto percentuais)

Indicadores	2018	2017	2016	18 x 17	17 x 16	18 x 17	17 x 16
Disponibilidades	95,5	206,5	323,9	(111,0)	(117,4)	-54%	-36%
Dívida	(149,7)	(1.219,1)	1.432,9	1.069,4	(2.652,0)	-88%	-185%
Endividamento	(1,57)	(5,90)	4,42	4,3	(10,3)	-73%	-233%
Caixa Líquido permanente das (usado nas) atividades operacionais	(60,6)	26,9	(414,8)	(87,5)	441,7	-325%	-106%

Em 2018, a Liq teve um caixa líquido negativo proveniente das atividades operacionais de R\$ 60,6 milhões e um saldo positivo de R\$ 26,9 milhões em 2017. A posição de caixa e equivalentes de caixa ao final de 2018 era de R\$ 95,5 milhões, apresentando redução de R\$ 111,0 milhões em relação a 2017.

	2018	2017	2016
Índice de liquidez geral	1,07	0,79	0,98
Índice de liquidez corrente	0,96	1,46	1,49

b) estrutura de capital

A partir do primeiro trimestre de 2018, foi reconhecido a valor justo o saldo total da dívida financeira reperfilada, em decorrência da aplicação do IFRS 9. Adicionalmente, em função das debêntures conversíveis (3ª e 4ª séries da 5ª emissão de debêntures e 6ª emissão de debêntures) e do bônus de subscrição cedidos aos debenturistas da 1ª série da 2ª emissão de debêntures, foi contabilizado o valor justo desses instrumentos financeiros híbridos.

O método utilizado para a contabilização do valor justo dos derivativos embutidos nos referidos instrumentos financeiros híbridos foi o modelo Black-Scholes, utilizando a simulação Monte-Carlo. A Companhia utilizou a taxa média indicativa de negociação da ANBIMA para efetuar o cálculo do valor justo da dívida.

Ao longo de 2018, a queda de receita acima destacada, resultou em um importante impacto no EBITDA da Companhia, afetando de maneira relevante seu índice de alavancagem.

	2018	2017	2016
Capital de terceiros (Dívida bruta)	149,7	1.219,1	1.432,9
Capital próprio (Patrimônio Líquido)	157,9	(10,1)	(43,9)
Capital Próprio / Capital de Terceiros	0,9	(120,3)	(32,6)

A Dívida Líquida consolidada ao final do ano de 2018 foi de R\$ 54,3 milhões, menor em R\$ 958,3 milhões na comparação com 2017, em razão da contabilização da dívida pelo seu valor justo.

Em dezembro de 2017, a Companhia anunciou em fato relevante que todas as condições de eficácia para a conclusão do alongamento de sua dívida financeira foram verificadas. Como consequência, foi concedido um perdão da dívida parcial por credores de empréstimos bilaterais, no âmbito do reperfilamento da dívida, resultando em um perdão de aproximadamente R\$ 62 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em março de 2018, a Companhia anunciou em fato relevante o encerramento das Ofertas Restritas da Quinta e da Sexta Emissão de Debêntures da Companhia, em que foram distribuídas (i) 918.189.195 (novecentas e dezoito milhões, cento e oitenta e nove mil cento e noventa e cinco) Debêntures da Quinta Emissão, sendo 376.927.142 (trezentas e setenta e seis milhões, novecentas e vinte e sete mil, cento e quarenta e duas) Debêntures da Primeira Série, 121.237.978 (cento e vinte e um milhões, duzentas e trinta e sete mil, novecentas e setenta e oito) Debêntures da Segunda Série, 151.039.356 (cento e cinquenta e um milhões, trinta e nove mil, trezentas e cinquenta e seis) Debêntures da Terceira Série e 268.984.719 (duzentas e sessenta e oito milhões, novecentas e oitenta e quatro mil, setecentas e dezenove) Debêntures da Quarta Série, perfazendo um montante total de R\$918.189.195,00 (novecentos e dezoito milhões, cento e oitenta e nove mil, cento e noventa e cinco reais); e (ii) 122.419.299 (cento e vinte e dois milhões, quatrocentos e dezenove mil, duzentos e noventa e nove reais).

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nos últimos anos, a Liq, após investimentos em novos negócios e redução de volume de receita, teve uma piora na sua posição de liquidez, mitigada pela conclusão do alongamento da dívida financeira, que pelos novos cronogramas de amortização, passam a ter um prazo médio ponderado (*duration*) das debentures seniores superior a 9 anos, com vencimentos concentrados em 2030 e 2035. São monitorados constantemente os fluxos de caixa esperados, valendo-se das Políticas de Risco e de Caixa mínimo A Companhia avalia continuamente oportunidades de readequação da estrutura de capital e de melhora do perfil da dívida da Companhia.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A principal fonte de capital de giro da Companhia é a geração de caixa. Quando houve necessidade de financiamento adicional, nos últimos três exercícios sociais, a Companhia recorreu a empréstimos contratados junto a instituições financeiras de primeira linha e bancos de desenvolvimento para financiar suas necessidades de capital.

A Liq possuía, no encerramento do exercício social de 2018, financiamentos contratados nos montantes desembolsados de R\$ 95,3 milhões, utilizados para financiar a expansão da capacidade instalada, a modernização das atuais instalações, a capacitação dos recursos humanos, a melhoria na qualidade dos serviços prestados, produtividade e investimentos em ações de *marketing*.

	Consolidado - Em R\$ milhões				
	2018	2017	2016	2018 vs 2017	2017 vs 2016
Reconciliação do caixa líquido					
(+) Caixa e equivalentes de caixa	95,5	206,5	323,9	-53,8%	-36,2%
(-) Debêntures	(52,7)	(1.029,1)	(1.162,0)	-94,9%	-11,4%
(-) Empréstimos e financiamentos	(95,3)	(187,1)	(264,0)	-49,1%	-29,1%
(-) Obrigações com arrendamento mercantil	(1,8)	(3,0)	(6,9)	-40,0%	-56,6%
Caixa (dívida) líquido	(54,3)	(1.012,7)	(1.109,0)	-94,6%	-8,7%

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Ao longo de 2018, apesar do endividamento líquido da Companhia, a queda de receita acima destacada assim como os custos provenientes da readequação da Companhia, resultaram em um importante impacto no EBITDA, afetando de maneira importante seu índice de alavancagem.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2017 a Companhia iniciou um processo de renegociação com seus credores para alongamento do fluxo financeiro de suas dívidas. Em Assembleias Gerais de Debenturistas realizadas em 14 e 21 de agosto de 2017 e em 13 de setembro de 2017 foram firmados novos aditamentos para a dívida, condicionada ao cumprimento de determinadas condições de eficácia.

Em 14 de dezembro de 2017, a Companhia anunciou em fato relevante que todas as condições de eficácia para a conclusão do alongamento de sua dívida financeira foram verificadas. Como consequência, foi concedido um perdão da dívida parcial por credores de empréstimos bilaterais, no âmbito do reperfilamento da dívida, resultando num perdão de aproximadamente R\$ 62 milhões.

Em março de 2018, a Companhia anunciou em fato relevante o encerramento das Ofertas Restritas da Quinta e da Sexta Emissão de Debêntures da Companhia, em que foram distribuídas (i) 918.189.195 (novecentas e dezoito milhões, cento e oitenta e nove mil cento e noventa e cinco) Debêntures da Quinta Emissão, sendo 376.927.142 (trezentas e setenta e seis milhões, novecentas e vinte e sete mil, cento e quarenta e duas) Debêntures da Primeira Série, 121.237.978 (cento e vinte e um milhões, duzentas e trinta e sete mil, novecentas e setenta e oito) Debêntures da Segunda Série, 151.039.356 (cento e cinquenta e um milhões, trinta e nove mil, trezentas e cinquenta e seis) Debêntures da Terceira Série e 268.984.719 (duzentas e sessenta e oito milhões, novecentas e oitenta e quatro mil, setecentas e dezenove) Debêntures da Quarta Série, perfazendo um montante total de R\$918.189.195,00 (novecentos e dezoito milhões, cento e oitenta e nove mil, cento e noventa e cinco reais); e (ii) 122.419.299 (cento e vinte e dois milhões, quatrocentas e dezenove mil, duzentas e noventa e nove) Debêntures da Sexta Emissão, perfazendo um montante total de R\$122.419.299,00 (cento e vinte e dois milhões, quatrocentos e dezenove mil, duzentos e noventa e nove reais).

Adicionalmente, segundo a norma CPC 38 – Instrumentos Financeiros, nas situações em que os termos e condições de uma dívida tenham sido alterados de forma significativa, devemos ter o desreconhecimento do passivo existente e o reconhecimento de um novo, sendo a mensuração inicial desse passivo realizada pelo seu valor justo. Pelos critérios estabelecidos pela norma, a Companhia identificou que para 2ª emissão 1ª série e para determinados empréstimos assumidos com bancos comerciais, houve a extinção da dívida, e o novo passivo foi reconhecido pelo seu valor justo representando um ganho nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de R\$ 263.752. A companhia utilizou a taxa média indicativa de negociação da ANBIMA para efetuar o cálculo do Valor Justo da Dívida.

As principais fontes de recurso para as necessidades de capital que a Companhia pretende utilizar no curso regular dos seus negócios são o seu caixa operacional e empréstimos e financiamentos, sem prejuízo de recursos que possam vir a ser obtidos no mercado de capitais.

A Companhia iniciou no 2º trimestre de 2018 o processo de *turnaround* efetuando importantes ações de reestruturação e redução dos custos e despesas, objetivando maior eficiência e qualidade dos serviços prestados. Adicionalmente, em 21 de novembro de 2018, a Companhia divulgou fato relevante informando que iniciou a avaliação de alternativas para fortalecer sua estrutura de capital. Esses esforços devem resultar na construção das oportunidades necessárias para que a Companhia obtenha as disponibilidades suficientes para atender as necessidades regulares de capital da Companhia.

f) níveis de endividamento e características das dívidas

O nível de endividamento consolidado Liq, nos últimos três exercícios foram:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em R\$ milhões

	2018	2017	2016
Capital de terceiros (Dívida bruta)	149,7	1.219,1	1.432,9
Disponibilidades	95,5	206,5	323,9
Dívida Líquida	54,3	1.012,6	1.109,0
Lucro operacional EBITDA	(10,2)	(114,0)	226,3
Dívida Líquida / EBITDA	(5,3)	(8,9)	4,9

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantesRenegociação da Dívida

Em 2017 a Companhia iniciou um processo de renegociação com seus credores para alongamento do fluxo financeiro de suas dívidas. Em Assembleias Gerais de Debenturistas realizadas em 14 e 21 de agosto de 2017 e em 13 de setembro de 2017 foram firmados novos aditamentos para essa dívida.

No dia 14 de dezembro de 2017, todas as condições de eficácia para o alongamento das dívidas foram atendidas pela Companhia, tornando vigentes os novos aditamentos com os novos termos e condições da Dívida Reperfilada.

Nos dias 20 e 21 de março de 2018 foi concluída as Ofertas Restritas da Quinta e da Sexta Emissão de Debêntures da Companhia. As novas emissões permitiram a utilização pelos credores dos créditos em dívida com a Companhia para subscrição e integralização das novas emissões de debêntures.

Como consequência, a Dívida reduziu em aproximadamente R\$ 34 milhões, em função da opção de determinados credores pela subscrição com ágio na 1ª série da 5ª emissão de Debênture.

Debêntures1ª Emissão de Debêntures Série Única

Em decorrência da conclusão, nos dias 20 e 21 de março de 2018, das Ofertas Restritas da Quinta e Sexta Emissão de Debêntures da Liq Participações a 1ª emissão pública de debêntures da Liq Participações S.A., teve sua totalidade cancelada no processo de dação, no âmbito das novas emissões da Liq Participações.

1ª Emissão de Debêntures de 1ª e 2ª série

Eficazes desde 14 de dezembro de 2017, os novos termos e condições das debêntures foram aprovados em Assembleia Geral de Debenturistas em 21 de agosto de 2017. Entre as principais mudanças, estão: (i) a alteração da data de vencimento para 15/08/2030; (ii) alteração do cronograma de amortização, que passou a ser em parcelas trimestrais e sucessivas a partir de 15/03/2020; (iii) alteração do cronograma de pagamento de juros, a partir de 15/03/2019; e (iv) a previsão do mecanismo de Cash Sweep para amortização antecipada das debêntures, caso a Companhia apresente excesso de caixa. A íntegra das alterações consta do 5º Aditamento à Escritura, disponibilizado no site da Companhia

2ª Emissão de Debêntures em 2 Séries1ª série

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Eficaz desde 14 de dezembro de 2017, os novos termos e condições das debêntures da 1ª série foram aprovadas em Assembleia Geral de Debenturistas em 13 de setembro de 2017. Entre as principais mudanças, estão (i) alteração da data de vencimento para 15/05/2035; (ii) alteração do cronograma de amortização, que passou a ser em parcelas trimestrais e sucessivas a partir de 15/03/2020 (inclusive); (iii) remuneração será capitalizada e incorporada até 15/12/2018 (inclusive) e exigível a partir de 15/03/2019 (inclusive) até 15/12/2023 (inclusive), ambos amortização e remuneração de acordo com percentuais que encontram-se no 8º Aditamento à Escritura; (iv) a remuneração da debênture foi alterada para CDI + 2,50% ao ano. A íntegra das alterações consta do 8º Aditamento à Escritura, disponibilizado no site da Companhia

2ª série

As debentures da 2ª série foram declaradas vencidas antecipadamente em 03 de outubro de 2017, data que houve a execução da fiança dada em garantia, sendo, integralmente liquidadas, passando a 2ª emissão a partir da referida data a ser constituída por uma única série. Com execução da carta fiança, a Companhia passou a ter um empréstimo com Banco do Brasil (credor da carta fiança), vide nota 17.2 Empréstimos.

Aos debenturistas da 2ª Emissão, detentores dos títulos emitidos em 15 de setembro de 2012, foi outorgado um bônus de subscrição de ações a ser exercido mediante a entrega pelo debenturista das debêntures da 1ª. série.

Conforme requerido pela Deliberação CVM nº. 604/10, ao bônus de subscrição foi dado o tratamento contábil de derivativo embutido, haja vista se tratar de instrumento financeiro que outorga o direito de subscrever uma quantidade de um lote representativo de ações ordinárias de emissão da Companhia resultante da divisão entre o valor nominal atualizado das debêntures da 1ª. Série da 2ª emissão na data do exercício do bônus de subscrição ao preço de exercício do bônus, atualmente em - R\$ 49,65. O preço de exercício determina o número de ações a receber e a conversão ocorre mediante a entrega das debêntures da 1ª série da 2ª emissão.

3ª Emissão de Debêntures Série Única

Eficazes desde 14 de dezembro de 2017, os novos termos e condições das debêntures foram aprovados em Assembleia Geral de Debenturistas em 21/08/2017. Entre as principais mudanças, estão: (i) a alteração da data de vencimento para 15/08/2030; (ii) alteração do cronograma de amortização, que passou a ser em parcelas trimestrais e sucessivas a partir de 15/03/2020; (iii) o cronograma de pagamento de juros, a partir de 15/03/2019; e (iv) a previsão do mecanismo de Cash Sweep para amortização antecipada das debêntures, caso a Companhia apresente excesso de caixa. A íntegra das alterações consta do 5º Aditamento à Escritura, disponibilizado no site da Companhia.

4ª Emissão de Debêntures de 1ª e 2ª série

Em decorrência da conclusão, nos dias 20 e 21 de março de 2018, das Ofertas Restritas da Quinta e Sexta Emissão de Debêntures da Liq Participações a 1ª série e a 2ª série 4ª emissão de debêntures da Liq Participações S.A., teve sua totalidade cancelada no processo de dação, no âmbito das novas emissões da Liq Participações.

5ª Emissão de Debêntures

Nos dias 20 e 21 de março de 2018 foi concluída as Ofertas Restritas da Quinta e da Sexta Emissão de Debêntures da Companhia. As novas emissões permitiram a utilização pelos credores dos créditos em dívida com a Companhia para subscrição e integralização das novas emissões de debêntures.

1ª Série

Conforme aprovado em RCA no dia 01 de março de 2018, os termos em condições das debêntures a 1ª Série da 5ª Emissão são: i) vencimento em 15/12/2027; (ii) cronograma de amortização em parcelas trimestrais e sucessivas a partir de 15/03/2020; (iii) o cronograma de pagamento de juros, a partir de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

15/03/2019; (iv) não conversível em ações; (v) remuneração de 100 % do CDI + 1,25% até 15/12/2019 (exclusive) e 100% do CDI + 2,5% a.a. no período compreendido entre 15/12/2019 e o vencimento; (vi) a previsão do mecanismo de Cash Sweep para amortização antecipada das debêntures, caso a Companhia apresente excesso de caixa. A íntegra das alterações consta na Escritura, disponibilizado no site da Companhia.

2ª Série

Conforme aprovado em RCA no dia 01 de março de 2018, os termos em condições das debêntures a 2ª Série da 5ª Emissão são: (i) vencimento em 15/08/2030; (ii) amortização de do valor nominal e da remuneração devido em uma única parcela no vencimento; (iii) não conversível em ações; (iv) remuneração de 100% do CDI + 2,5%; (v) a previsão do mecanismo de Cash Sweep para amortização antecipada das debêntures, caso a Companhia apresente excesso de caixa. A íntegra das alterações consta na Escritura, disponibilizado no site da Companhia.

3ª Série

Conforme aprovado em RCA no dia 01 de março de 2018, os termos em condições das debêntures a 3ª Série da 5ª Emissão são: (i) vencimento em 15/08/2030; (ii) amortização de do valor nominal e da remuneração devido em uma única parcela no vencimento; (iii) conversível em ações; (iv) remuneração de CDI + 2,5%; (v) a previsão do mecanismo de Cash Sweep para amortização antecipada das debêntures, caso a Companhia apresente excesso de caixa. A íntegra das alterações consta na Escritura, disponibilizado no site da Companhia.

4ª Série

Conforme aprovado em RCA no dia 01 de março de 2018, os termos em condições das debêntures a 3ª Série da 5ª Emissão são: (i) vencimento em 15/05/2035; (ii) cronograma de amortização em parcelas trimestrais e sucessivas no período entre 15/03/2020 (inclusive) e 15/12/2027 (inclusive) e saldo remanescente no vencimento; (iii) cronograma de pagamento e capitalização de juros, no período entre 15/03/2019 (inclusive) e 15/12/2023 (inclusive); cronograma de pagamento de juros, no período entre 15/03/2024 (inclusive) e o vencimento; (iv) conversível em ações; (v) remuneração de CDI + 2,5%; (vi) a previsão do mecanismo de Cash Sweep para amortização antecipada das debêntures, caso a Companhia apresente excesso de caixa. A íntegra das alterações consta na Escritura, disponibilizado no site da Companhia.

6ª Emissão de Debêntures 1ª Série

Conforme aprovado em RCA no dia 01 de março de 2018, os termos em condições das debêntures a 1ª Série da 6ª Emissão são: (i) vencimento em 30/12/2035; (ii) amortização de do valor nominal e da remuneração devido em uma única parcela no vencimento; (iii) conversível em ações; e (iv) remuneração de CDI + 2,5%. A íntegra das alterações consta na Escritura, disponibilizado no site da Companhia.

Empréstimos

Em 03 de outubro de 2017, houve a execução da fiança dada em garantia da 2ª série da 2ª emissão das debêntures, a partir dessa data, as debêntures foram convertidas em um empréstimo com o Banco do Brasil essa dívida foi incluída no processo de renegociação aprovado 14 de dezembro de 2017, com as demais dívidas

Em 11 de julho de 2017, houve a execução de uma fiança dada pelo Banco Santander, em garantia de empréstimos obtidos junto ao banco BNDES (Capital de Giro e Prosoft), a partir dessa data, a Companhia passou a ser devedora do Banco Santander essa dívida foi incluída no processo de renegociação aprovado 14 de dezembro de 2017, com as demais dívidas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

No processo de renegociação desses empréstimos, a Companhia obteve um desconto (“Haircut”) com os novos credores de 25% da dívida executada, somando o montante de ganho de R\$ 62.858, que foi reconhecido como receita financeira.

Valor Justo da Dívida

Segundo a norma CPC 38 – Instrumentos Financeiros, nas situações em que os termos e condições de uma dívida tenham sido alterados de forma significativa, devemos ter o desreconhecimento do passivo existente e o reconhecimento de um novo, sendo a mensuração inicial desse passivo realizada pelo seu valor justo.

Pelos critérios estabelecidos pela norma, a Companhia identificou que para 2ª emissão 1ª série e para os empréstimos assumidos com Banco do Brasil e Banco Santander, houve a extinção da dívida, e o novo passivo foi reconhecido pelo seu valor justo representando um ganho nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de R\$ 263.752. A Companhia utilizou a taxa média indicativa de negociação da ANBIMA para efetuar o cálculo do Valor Justo da Dívida.

DEBÊNTURES e EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Debêntures

O quadro abaixo apresenta um resumo das debêntures emitidas pela Companhia:

Tipo de emissão	Emissão e Série	Data de emissão	Vencimento final	Quantidade emitida	P.U. emissão	Custo de emissão	Prêmio	Quantidade em circulação	Encargos a.a.	Taxa média efetiva de juros a.a.	P.M.V.A. (i)	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Pública	1ª Emissão - Série Única	24/05/11	15/08/30	55	1.000.000	241	-	-	CDI + 1,25%	7,65%	9,9	-	20,7	19,3
Pública	1ª Emissão - 1ª Série	15/12/11	15/08/30	21.264	10.000	1.159	761	855	CDI + 1,25%	7,65%	9,9	0,4	238,6	222,7
Pública	1ª Emissão - 2ª Série	15/12/11	15/08/30	18.736	10.000	1.022	670	324	IPCA + 7,884%	11,56%	10,1	0,2	275,9	254,8
Pública	2ª Emissão - 1ª Série	15/08/12	15/08/30	126.719	1.000	658	1.535	126.719	CDI + 2,50%	8,90%	10,5	6,3	36,9	153,8
Pública	2ª Emissão - 2ª Série	15/08/12	15/12/21	126.719	1.000	658	1.535	18	TJLP + 2,5%	9,48%	3,8	0,0	-	89,6
Pública	3ª Emissão - Série Única	29/08/14	15/08/30	31.000	10.000	1.345	-	1.142	CDI + 1,25%	7,65%	9,9	0,5	337,2	312,8
Pública	4ª Emissão 1ª Série	04/05/16	15/12/35	46.303	1.000	129	-	-	CDI + 1,25%	7,65%	10,0	-	56,4	50,9
Pública	4ª Emissão 2ª Série	29/08/16	15/12/35	54.540	1.000	129	-	-	CDI + 1,25%	7,65%	10,0	-	63,4	57,0
Pública	5ª Emissão - 1ª Série	20/03/18	15/12/27	376.927.142	1	389	-	376.927.142	CDI + 1,25%	7,65%	5,8	13,6	-	-
Pública	5ª Emissão - 2ª Série	20/03/18	15/08/30	121.237.978	1	125	-	121.237.978	CDI + 2,50%	8,90%	12,4	4,4	-	-
Pública	5ª Emissão - 3ª Série	20/03/18	15/08/30	151.039.356	1	156	-	132.827.042	CDI + 2,50%	8,90%	12,4	4,8	-	-
Pública	5ª Emissão - 4ª Série	20/03/18	15/05/35	268.984.719	1	278	-	249.212.710	CDI + 2,50%	8,90%	10,7	9,1	-	-
Pública	6ª Emissão - 1ª Série	20/03/18	30/12/35	122.419.299	1	126	-	103.223.578	CDI + 2,50%	8,90%	12,4	3,8	-	-
												43,0	1.029,1	1.161,0
Bônus de subscrição sobre debêntures														1,00
Derivativos embutidos sobre debêntures												9,7	-	-
Total												52,7	1.029,1	1.162,0

(i) Prazo médio de vencimento em anos

A movimentação de debêntures do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 está apresentada a seguir:

Controladora e Consolidado - Em Milhões de reais									
Tipo de emissão	Emissão e Série	31/12/2017	Transferência (i)	Reperfilamento	Encargos Financeiros	Apropriação do custo	Conversão (ii)	Haircut (iii)	Variação Valor Justo
Pública	1ª Emissão - Série Única (i)	20,7	(21,2)	-	0,3	0	-	-	0,1
Pública	1ª Emissão - 1ª Série	238,6	(233,8)	(0,0)	3,7	1	-	(0,4)	(9,1)
Pública	1ª Emissão - 2ª Série	275,9	(277,5)	(0,0)	4,1	2	-	(2,3)	(1,6)
Pública	2ª Emissão - 1ª Série	36,9	-	(0,2)	7,3	1	-	-	(38,9)
Pública	2ª Emissão - 2ª Série	0,0	-	-	0,0	-	-	-	0,0
Pública	3ª Emissão - Série Única	337,2	(300,0)	(0,0)	5,2	2	-	(32,1)	(11,7)
Pública	4ª Emissão 1ª Série (i)	56,4	(57,6)	-	0,6	0	-	-	0,4
Pública	4ª Emissão 2ª Série (i)	63,4	(64,8)	-	0,6	0	-	-	0,5
Pública	5ª Emissão - 1ª Série (i)	-	377,0	(0,4)	12,4	0	-	-	(375,7)
Pública	5ª Emissão - 2ª Série (i)	-	121,2	(0,1)	4,0	0	-	-	(120,8)
Pública	5ª Emissão - 3ª Série (i)	-	151,0	(0,2)	5,0	0	(19)	-	(132,1)
Pública	5ª Emissão - 4ª Série (i)	-	269,0	(0,3)	7,6	0	(23)	-	(244,1)
Pública	6ª Emissão - 1ª Série (i)	-	122,4	(0,1)	3,5	0	(17)	-	(105,0)
		1.029,1	85,7	(1,4)	54,3	7,9	(59,7)	(34,8)	(1.038,1)
Derivativos embutidos sobre debêntures		-	-	-	-	-	(0,7)	-	10,4
Total		1.029,1	85,7	(1,4)	54,3	7,9	(60,4)	(34,8)	(1.027,7)

- (i) Em março de 2018 a totalidade do crédito de debêntures foram utilizados na subscrição e integralização da 5ª e 6ª emissões de Debêntures da Companhia. Certos empréstimos foram convertidos em debêntures pelos credores, na emissão da 5ª e 6ª emissão.
- (ii) Durante o período credores da 3ª série e 4ª série da 5ª emissão e credores da 6ª emissão, realizaram conversão de suas debêntures em ações ordinárias da Companhia, representando um aumento de capital de R\$ 58.757 e a constituição de uma reserva para aquisição

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- (iii) de participação de não controladores de R\$ 487, valores líquidos de IR e CS (R\$ 1.151) gerados na transação.
Na emissão das debêntures da 5ª e 6ª emissão de debêntures, a Companhia obteve um perdão de dívida ("Haircut") de R\$ 34.762.

Controladora e Consolidado	
Em Milhões de reais	
Derivativos Embutidos	31/12/2018
Derivativo 2ª Emissão -	3,9
Derivativo 5ª Emissão -	1,7
Derivativo 5ª Emissão -	2,9
Derivativo 6ª Emissão -	1,1
	<u>9,7</u>

O cronograma de vencimento do endividamento está apresentado a seguir:

Controladora e Consolidado	
Em Milhões de reais	
	31/12/2018
2020	1,15
2021	2,17
2022	2,17
2023	2,17
2024	3,25
2025	3,24
2026	3,24
2027	4,31
2030	9,87
2035	11,43
	<u>43,00</u>

Empréstimos e Financiamento

A composição da posição de empréstimos e financiamentos contraídos pela Companhia e vigentes na data de encerramento destas demonstrações financeiras está apresentada a seguir:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Controladora e Consolidado - Em Milhões de reais							
Objeto	Vigência		Encargos	Taxa	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
	Início	Vencimento	financeiros a.a.	efetiva			
Em moeda nacional							
BNDES - Capital de giro (A)	05/2011	12/2021	TJLP + 2,5%	10,00%	-	-	4,0
BNDES - Capital de giro (B)	05/2011	12/2021	Selic + 1,7%	16,09%	-	-	4,1
BNDES - Prosoft (A)	09/2012	12/2021	TJLP + 2,5%	8,50%	-	-	65,7
BNDES - Prosoft (B)	09/2012	12/2021	Selic + 1,7%	8,70%	-	-	69,0
BNDES - PSI	10/2014	06/2019	3,50% a 6,0%	3,50% a 6,0%	0,1	0,4	0,8
BNDES - Itaú Prosoft I	02/2014	01/2021	TJLP + 4,00%	10,56%	-	22,2	29,0
BNDES - Itaú Prosoft II	02/2014	01/2021	SELIC + 4,00%	10,40%	-	29,5	35,0
SAFRA	03/2016	02/2019	CDI + 1,25% a.a.	7,64%	4,4	33,3	53,4
ITAÚ	04/2016	12/2021	CDI + 1,22% a.a.	7,61%	-	23,1	3,0
CCB ITAÚ	06/2017	03/2018	CDI + 1,25% a.a.	7,64%	-	9,0	-
TCD - SANTANDER	06/2017	12/2027	CDI + 1,25% a.a.	7,64%	45,3	32,5	-
ICD BANCO DO BRASIL	12/2017	12/2027	CDI + 1,25% a.a.	7,64%	34,7	25,2	-
ICD SOCIÉTÉ	05/2016	07/2021	CDI + 1,25% a.a.	7,64%	10,8	11,8	-
					95,3	187,0	264,0
Circulante					88,9	58,8	57,3
Não circulante					6,4	128,2	206,7

Apresenta-se abaixo um breve descritivo dos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes em 31 de dezembro de 2018:

BNDDES – PSI: No âmbito do Programa BNDDES de Sustentação do Investimento, em 16 de dezembro de 2014, a subsidiária integral Liq Corp S.A. contraiu empréstimo para aquisição de equipamentos de informática. O vencimento final desta obrigação está previsto para 15 de junho de 2019. Em garantia ao financiamento, a Liq Corp S.A. ofereceu avais e alienação fiduciária dos equipamentos adquiridos por meio desse contrato.

Safra – Em março de 2016, no âmbito do reperfilamento da dívida da Companhia, a subsidiária integral Liq Corp S.A. celebrou contrato de empréstimo com o Banco Safra S.A. na modalidade de capital de giro, com vencimento final em 25 de fevereiro de 2019. O recurso foi aplicado na liquidação das obrigações decorrentes dos contratos “BNDDES – expansão da capacidade instalada” e “BNDDES – máquinas e equipamentos”.

TCD -Santander: Em 11 de julho de 2017, a Companhia celebrou um Termo de Confissão de Dívida (TCD) com o Santander no valor de R\$ 140.192, com vencimento em 15 de setembro de 2017 e taxa de remuneração de CDI + 1,25% a.a. A dívida que originou o TCD é decorrente da execução da fiança em que o banco figurava como garantidor do contrato de financiamento da Liq Corp S.A. com o BNDDES.

Em 01/12/2017 o Santander concorda em refletir o perdão da dívida parcial correspondente a 25% da totalidade do saldo de principal, juros remuneratórios e eventuais encargos devidos e não pagos da Dívida Confessada pela Companhia ao Banco na referida data de eficácia (14/12/2017), altera-se também o vencimento para 15/12/2027, os prazos das parcelas de amortização em parcelas trimestrais e sucessivas a partir de 15/03/2020. A remuneração será capitalizada e incorporada até 15/12/2018 e exigível a partir de 15/03/2019 até 15/12/2027, ambos amortização e remuneração de acordo com percentuais que se encontram no 1ª Aditamento.

A remuneração passa para 100% CDI acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a: 1,25% a.a. até 14/12/2019 (inclusive) e 2,50% a.a. a partir de 15/12/2019 (inclusive) até o vencimento em 15/12/2027.

ICD Banco do Brasil: Em 06/12/2017 a Companhia confessa o débito ao Banco do Brasil no valor R\$ 104.332.

Em 14/12/2017, na referida data de eficácia, o Banco do Brasil concorda em refletir o perdão da dívida parcial correspondente a 25% da totalidade do saldo de principal, juros remuneratórios e eventuais encargos devidos e não pagos da Dívida Confessada pela Companhia ao Banco em 06/12/2017, altera-se também o vencimento para 15/12/2027, os prazos das parcelas de amortização em parcelas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

trimestrais e sucessivas a partir de 15/03/2020. A remuneração será capitalizada e incorporada até 15/12/2018 e exigível a partir de 15/03/2019 até 15/12/2027, ambos amortização e remuneração de acordo com percentuais que se encontram no Instrumento Particular de Confissão de Dívida.

A remuneração passa para 100% CDI acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a: 1,25% a.a. até 14/12/2019 (inclusive) e 2,50% a.a. a partir de 15/12/2019 (inclusive) até o vencimento em 15/12/2027.

ICD Societé - Em 25 de maio de 2016 a Companhia celebrou o Instrumento particular de Confissão de Dívida (ICD) com o Banco Societé Générale Brasil (BSGB), com vencimento em 29 de março de 2019 e taxa de remuneração de CDI + 1,25%. A dívida que originou o ICD é decorrente da cessão de créditos de um fornecedor de informática da Companhia para o BSGB, os créditos são oriundos da aquisição pela Companhia de licenças de softwares concedidas por este fornecedor de informática. Em acordo entre as partes celebrado em 9 de agosto de 2017, a data de liquidação do ICD foi postergada para 29 de julho de 2021.

A movimentação de empréstimos e financiamentos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 está apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado - Em Milhões de reais							
	31/12/2017	Captação	Amortização principal	Amortização juros (i)	Encargos financeiros	Variação cambial	Transferência	Apropriação dos custos
BNDES - Itaú Prosoft I	22,2	-	(1,8)	(0,5)	0,5	0,0	(20,4)	-
BNDES - Itaú Prosoft II	29,5	-	(2,4)	(0,3)	0,2	0,4	(27,5)	-
BNDES - PSI	0,4	-	(0,3)	(0,0)	0,0	-	-	0,1
SAFRA	33,3	-	(28,7)	(1,6)	1,4	-	-	4,4
ITAÚ	23,1	0,0	-	-	0,4	-	(23,5)	-
CCB ITAÚ - BNDES	9,0	0,0	-	-	0,2	-	(9,2)	-
CCB ITAÚ - BNDES II	-	1,7	-	-	0,0	-	(1,7)	-
CCB ITAÚ - BNDES III	-	1,7	-	-	0,0	-	(1,7)	-
CCB ITAÚ - BNDES IV	-	1,7	-	-	0,0	-	(1,7)	-
TCD - SANTANDER	32,5	-	-	-	12,8	-	-	0,0
ICD BANCO DO BRASIL	25,2	-	-	-	9,4	-	-	0,0
ICD SOCIÉTÉ	11,7	-	(1,4)	(0,4)	0,9	-	-	-
TOTAL	187,1	5,0	(34,6)	(2,8)	25,8	0,4	(85,7)	0,0
Circulante	58,8							88,9
Não circulante	128,2							6,4

O cronograma de vencimento do endividamento está apresentado a seguir:

<u>Consolidado</u>	
<u>31/12/2018</u>	
2019	-
2020	7,9
2021	9,7
2022	6,6
2023	6,0
2024	5,4
2025	7,1
2026	6,2
2027	37,5
	<u>86,3</u>

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Consolidado												
	31/12/2016	Risco Sacado(i)	Custos com Reperfilamento	Captação	Fiança (ii)	Amortização principal	Amortização juros (iii)	Encargos financeiros	Variação cambial	Haircut (iv)	Apropriação dos custos	Ajuste a valor presente	31/12/2017
BNDES - capital de giro (A)	4,0	-	-	-	(4,1)	-	(0,1)	0,2	-	-	-	-	-
BNDES - capital de giro (B)	4,1	-	-	-	(4,4)	-	-	0,2	0,1	-	-	-	-
BNDES - Prosoft (A)	65,7	-	-	-	(67,3)	-	(1,4)	2,7	0,3	-	-	-	-
BNDES - Prosoft (B)	69,0	-	-	-	(72,9)	-	(0,3)	1,9	2,3	-	-	-	-
BNDES - Itaú Prosoft I	29,0	-	-	-	-	(6,6)	(3,0)	2,6	0,2	-	-	-	22,2
BNDES - Itaú Prosoft II	35,0	-	-	-	-	(7,7)	(2,2)	1,6	2,8	-	-	-	29,5
BNDES - PSI	0,8	-	-	-	-	(0,4)	-	-	-	-	-	-	0,4
SAFRA	53,4	-	-	-	-	(19,8)	(5,3)	5,0	-	-	-	-	33,3
ITAÚ	3,0	-	-	19,2	-	-	(0,3)	1,2	-	-	-	-	23,1
CCB - ITAÚ	-	-	-	0,1	8,6	-	-	0,3	-	-	-	-	9,0
TCD - SANTANDER	-	-	(0,2)	-	140,1	-	-	7,0	-	(36,7)	0,1	(77,9)	32,5
ICD BANCO DO BRASIL	-	-	(0,1)	2,0	100,6	-	-	4,1	-	(26,1)	0,1	(55,4)	25,2
ICD SOCIÉTÉ	-	67,6	-	-	-	(57,9)	(3,5)	5,6	-	-	-	-	11,8
Total	264,0	67,6	(0,3)	21,3	100,6	(92,4)	(16,1)	32,4	5,7	(62,8)	0,2	(133,3)	187,0
Circulante	57,3												58,8
Não circulante	206,7												128,2

	Consolidado - Em Milhões de reais							
	31/12/2015	Captação	Transferencia	Amortização principal	Amortização juros	Encargos financeiros	Variação cambial	Operação descontinuada
BNDES - expansão da capacidade instalada	53,8	-	-	(51,6)	(4,6)	2,4	-	-
BNDES - máquinas e equipamentos	7,9	-	-	(7,7)	(0,5)	0,3	-	-
BNDES - capital de giro	8,6	-	(8,9)	-	-	0,3	-	-
BNDES - capital de giro (A)	-	-	4,4	(0,8)	-	0,4	-	4,0
BNDES - capital de giro (B)	-	-	4,4	(0,8)	-	0,5	-	4,1
BNDES - Prosoft I	50,9	-	(52,1)	-	-	1,2	-	-
BNDES - Prosoft II	89,1	-	(91,2)	-	-	2,1	-	-
BNDES - Prosoft III	2,6	-	(2,6)	-	-	-	-	-
BNDES - Prosoft (A)	-	-	73,0	(12,6)	-	5,3	-	65,7
BNDES - Prosoft (B)	-	-	73,0	(13,1)	-	9,1	-	69,0
BNDES - Itaú Prosoft I	36,3	-	-	(7,7)	(3,5)	3,9	-	29,0
BNDES - Itaú Prosoft II	39,1	-	-	(9,1)	(1,6)	6,6	-	35,0
BNDES - PSI	1,1	-	-	(0,3)	-	-	-	0,8
SAFRA	-	64,4	-	(11,5)	(6,6)	7,1	-	53,4
ITAÚ	-	3,8	-	(0,9)	(0,1)	0,2	-	3,0
Capital de Giro I - Peru (interbanking)	22,6	0,9	-	(1,1)	(0,1)	0,3	(1,8)	(20,8)
Bancolombia	125,2	-	-	-	(2,6)	2,7	(4,8)	(120,5)
Capital de Giro II - Peru (BCP)	28,6	2,7	-	(2,5)	(0,4)	0,4	(2,3)	(26,5)
Banco Galicia	-	6,2	-	-	-	-	-	(6,2)
Capital de Giro I - Argentina	0,7	-	-	(0,3)	-	-	(0,1)	(0,3)
Total	466,5	78,0	-	(120,0)	(20,0)	42,8	(9,0)	(174,3)
Circulante	161,3							57,3
Não circulante	305,2							206,7

O cronograma de vencimentos do endividamento está apresentado abaixo:

Garantias:

	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Saldo de empréstimos e financiamentos	95,3	187,0	264,0
Garantias vinculadas ao BNDES			
Fiança	-	-	142,8
Alienação fiduciária dos bens financiados	0,7	1,3	1,3
	0,7	1,3	144,1

CLAÚSULAS RESTRITIVAS ("Covenants")

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As debêntures, exceto pela 3ª Série da 5ª Emissão, e empréstimos possuem em suas escrituras obrigação da manutenção de índices financeiros (“covenants”) de forma a evitar o vencimento antecipado da dívida. Destaca-se que, no caso de inobservância a esta exigência, o vencimento antecipado é não automático, devendo a Companhia informar ao agente fiduciário e seus credores o descumprimento para que este, por sua vez, no prazo máximo de 5 dias úteis, convoque uma assembleia geral de debenturistas com no mínimo 2/3 de quórum para deliberar sobre o vencimento antecipado das obrigações contraídas pela Companhia.

Conforme previsto nos novos termos do reperfilamento, os covenants deverão ser verificados trimestralmente pela Companhia a partir do trimestre findo em 30 de junho de 2018. Os índices financeiros a serem observados são:

O índice resultante da apuração do índice Dívida Líquida/Ebitda aplicável conforme os seguintes valores:

<i>Demonstrações Financeiras Trimestrais relativas ao exercício social de</i>	<i>Índice (ratio) resultante da apuração do índice Dívida Líquida / EBITDA aplicável</i>
2018	Índice Dívida Líquida / EBITDA da Emissora em razão igual ou inferior a 9,0 (nove) vezes.
2019	Índice Dívida Líquida / EBITDA da Emissora em razão igual ou inferior a 6,5 (seis inteiros e cinco centésimos) vezes.
2020	Índice Dívida Líquida / EBITDA da Emissora em razão igual ou inferior a 5,0 (cinco) vezes.
2021	Índice Dívida Líquida / EBITDA da Emissora em razão igual ou inferior a 3,50 (três inteiros e cinquenta centésimos) vezes.
A partir do exercício social de 2022 inclusive	Índice Dívida Líquida / EBITDA da Emissora em razão igual ou inferior a 3,0 (três) vezes.

O índice resultante da apuração do índice Ebitda/Despesa Financeira Líquida aplicável conforme os seguintes valores:

<i>Demonstrações Financeiras Trimestrais relativas ao exercício social de</i>	<i>Índice (ratio) resultante da apuração do índice EBITDA / Despesas Financeira Líquida aplicável</i>
2018	Índice EBITDA / Despesa Financeira Líquida da Emissora em razão igual ou superior a 1,0 (uma) vez.
2019	Índice EBITDA / Despesa Financeira Líquida da Emissora em razão igual ou superior a 1,0 (uma) vez.
2020	Índice EBITDA / Despesa Financeira Líquida da Emissora em razão igual ou superior a 1,50 (um inteiro e cinquenta centésimos) vez.
A partir do exercício social de 2021 inclusive	Índice EBITDA / Despesa Financeira Líquida da Emissora em razão igual ou superior a 2,0 (duas) vez.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em Assembleia Geral de Debenturistas foi deliberado a dispensa de manutenção pela Companhia dos covenants atrelados aos contratos de debêntures e empréstimos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A Companhia efetuou análise dos covenants atrelados aos contratos de debêntures e empréstimos e concluiu pelo cumprimento de todas as suas obrigações financeiras e não financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Obrigações com arrendamento mercantil

A Liq possui diversos contratos de arrendamento mercantil financeiro, de equipamentos de informática e mobiliário, destinados à manutenção de suas atividades. Estes contratos estão registrados a valor presente no passivo circulante e não circulante.

Adicionalmente, a Companhia possui direitos contratuais para adquirir os equipamentos por um valor nominal (significativamente inferior ao valor justo) ao final dos contratos de locação. As obrigações do Liq com os contratos de arrendamento mercantil financeiro são garantidas pelo título dos locadores de bens locados.

Consolidado - Em Milhões de reais			
	2018	2017	2016
Obrigação com arrendamento mercantil	1,8	3,0	6,9
Circulante	1,1	1,2	2,0
Não circulante	0,7	1,8	4,9

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía nenhuma outra relação de longo prazo com instituições financeiras além daquelas já divulgadas no item 10.1.(f).(i) abaixo.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Determinadas dívidas assumidas pela Companhia são asseguradas por garantias pessoais e garantias reais, dentre as quais, destaca-se fiança bancária e alienação fiduciária dos bens financiados. Conforme mencionado no item 10.1(e) acima, a Companhia assumiu a obrigação de emitir determinadas dívidas subordinadas. Para mais informação sobre a reestruturação do perfil do endividamento da Companhia, ver item 10.9 abaixo.

Para mais informações sobre o grau de subordinação do passivo circulante e não circulante, vide item 3.8 do formulário de referência da Companhia.

Adicionalmente, em eventual concurso universal de credores, após a realização do ativo da Companhia serão satisfeitos, nos termos da lei, os créditos trabalhistas, previdenciários e fiscais, com preferência em relação aos credores com garantias flutuantes, quirografários e subordinados.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Liq não pode, sem prévia anuência dos credores, (i) realizar qualquer investimento financeiro que não seja contabilmente definido como disponibilidade, nos termos do International Financial Reporting Standards – IFRS; (ii) realizar a concessão de mútuos, empréstimos ou qualquer outra modalidade de crédito a terceiros sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas, exceto por mútuos e/ou empréstimos realizados entre a Emissora e suas subsidiárias cuja totalidade do capital seja detido direta ou indiretamente pela Emissora, em qualquer caso em termos consistentes àqueles praticados pelo mercado em operações semelhantes; (iii) realizar qualquer alteração nos mútuos, empréstimos ou qualquer outra modalidade de crédito em que a Emissora tenha a posição de credora de forma a beneficiar os respectivos devedores, exceto com relação a mútuos e/ou empréstimos realizados entre a Emissora e suas subsidiárias cuja totalidade do capital seja detido direta ou indiretamente pela Emissora; (iv) utilizar os recursos depositados na Conta Reserva, para outro fim que não uma Amortização Extraordinária Cash Sweep; (v) descumprir qualquer obrigação assumida pela Emissora e/ou pela Liq Corp no âmbito do Contrato de Cessão Fiduciária não sanada em até 20 (vinte) Dias Úteis contados da data do respectivo descumprimento; (vi) realizar a distribuição de dividendos ou qualquer outra forma de remuneração a seus acionistas enquanto o Índice Dívida Líquida / EBITDA da Emissora estiver em razão superior a 2,00 (dois inteiros) vezes, exceto no que se refere aos dividendos declarados na Assembleia Geral Ordinária da Emissora, realizada em 30 de abril de 2015; ou por força de disposição legal ou medida judicial; (vii) constituir qualquer espécie de ônus ou gravame voluntário sobre qualquer de seus bens ou ativos, incluindo, sem limitação, cessão fiduciária, sobre seus direitos creditórios e/ou recebíveis presentes ou futuros, excetuadas operações de descontos comerciais e a Cessão Fiduciária a ser constituída pela Emissora nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária e seguros ou garantias judiciais; (viii) subordinar da dívida representadas pelas Debêntures a qualquer outra dívida financeira, exceto aquela cuja preferência decorra de determinação legal; (ix) alteração do objeto social da Emissora e/ou da Fiadora, que implique em alteração da atividade principal atualmente conduzida pela Emissora e/ou pela Fiadora.

A Companhia realizou assembleias gerais de debenturistas de suas emissões de debêntures e reuniões com seus credores de agosto de 2017 a março de 2018, as quais tiveram como consequência a conclusão definitiva da reestruturação do perfil da dívida financeira da Companhia e da Liq Corp e a aprovação das novas emissões de Debêntures. O reperfilamento resultou nas alterações dos indicadores financeiros (*covenants* financeiros) estabelecidos nos respectivos instrumentos de dívida, conforme abaixo:

(i) não manutenção, pela Emissora, de qualquer dos índices financeiros relacionados a seguir, a serem verificados trimestralmente pelo Agente Fiduciário a partir da divulgação das demonstrações financeiras da Emissora relativas ao período de três meses findo em 30 de junho de 2018 com base nas demonstrações financeiras trimestrais consolidadas divulgadas regularmente pela Emissora (“Índices Financeiros”).

a. Dívida Líquida / EBITDA:

Demonstrações Financeiras trimestrais relativas ao exercício social de	Índice (ratio) resultante da apuração do Índice Dívida Líquida/EBITDA aplicável em razão igual ou inferior a
2018	Índice Dívida Líquida / EBITDA da Emissora em razão igual ou inferior a 9,0 (nove) vezes.
2019	Índice Dívida Líquida / EBITDA da Emissora em razão igual ou inferior a 6,5 (seis inteiros e cinco décimos) vezes.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

2020	Índice Dívida Líquida / EBITDA da Emissora em razão igual ou inferior a 5,0 (cinco) vezes.
2021	Índice Dívida Líquida / EBITDA da Emissora em razão igual ou inferior a 3,5 (três inteiros e cinco décimos) vezes.
A partir do exercício social de 2022 (inclusive)	Índice Dívida Líquida / EBITDA da Emissora em razão igual ou inferior a 3,0 (três) vezes.

b. EBITDA/Despesa Financeira Líquida:

Demonstrações Financeiras trimestrais relativas ao exercício social de	Índice (ratio) resultante da apuração do Índice EBITDA / Despesa Financeira Líquida aplicável a
2018	Índice EBITDA / Despesa Financeira Líquida da Emissora em razão igual ou superior a 1,0 (uma) vez.
2019	Índice EBITDA / Despesa Financeira Líquida da Emissora em razão igual ou superior a 1,0 (uma) vez.
2020	Índice EBITDA / Despesa Financeira Líquida da Emissora em razão igual ou superior a 1,5 (um inteiro e cinco décimos) vez.
A partir do exercício social de 2021 (inclusive)	Índice EBITDA / Despesa Financeira Líquida da Emissora em razão igual ou superior a 2,0 (duas) vez.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2014, a Liq comprovou integralmente as aplicações dos recursos previstos no cronograma do projeto do BNDES, não havendo mais saldo ou limite do financiamento a ser utilizado.

Em fevereiro de 2015, iniciou-se as liberações da cédula de crédito bancário (CCB) contratada em 16 de dezembro de 2014 no âmbito do Finem-BNDES. Foi liberado um total de R\$ 70,9 milhões, divididos em: (i) Subcrédito A: R\$ 35,4 milhões e (ii) Subcrédito B: R\$ 35,4 milhões. O valor representa 54% do total aprovado, e o limite não utilizado foi cancelado em comum acordo entre a Companhia e o agente financeiro.

Em 19 de junho de 2017, dois contratos de financiamento originalmente contratados pela Companhia junto ao BNDES, foram assumidos pelos bancos fiadores de tais operações (Santander e Banco do Brasil), os quais passaram a ser credores diretos da Companhia.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Balanco Patrimonial – 31/12/2018 x 31/12/2017 (Em milhares de reais)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Consolidado				
	31/12/2018	% AT 2018	31/12/2017	% AT 2017	2018 vs 2017 %
Caixa e equivalentes de caixa	95,5	7,0%	206,5	12,6%	-53,8%
Contas a receber de clientes	220,3	16,2%	323,7	19,7%	-31,9%
Tributos a recuperar	19,9	1,5%	17,9	1,1%	11,2%
IR e CS a recuperar	12,8	0,9%	42,7	2,6%	-70,0%
Despesas antecipadas e demais ativos	16,0	1,2%	23,2	1,4%	-31,0%
Total do ativo circulante	364,5	26,8%	614,0	37,4%	-40,6%
Contas a receber de clientes	94,1	6,9%	90,9	5,5%	3,5%
Depósitos judiciais	438,5	32,3%	399,9	24,4%	9,7%
Tributos a recuperar	0,1	0,0%	2,2	0,1%	-95,5%
IR e CS diferidos	-	0,0%	21,6	1,3%	-100,0%
Despesas antecipadas e demais ativos	25,6	1,9%	21,0	1,3%	21,9%
Imobilizado	88,2	6,5%	115,5	7,0%	-23,6%
Intangível	347,3	25,6%	374,9	22,9%	-7,4%
Total do ativo não circulante	993,8	73,2%	1.026,0	62,6%	-3,1%
TOTAL DO ATIVO	1.358,3	100,0%	1.640,0	100,0%	-17,2%

Contas a receber de clientes: Representa em dezembro de 2018 – 19,7% do ativo total. Com uma variação negativa de 31,9% em comparação a dezembro de 2017. Essa variação refere-se principalmente a queda no faturamento e constituição em 2017 de AVP.

Caixa e equivalente de caixa: Representa em dezembro de 2018 – 12,6% do ativo total, apresentando uma variação negativa de 53,8% na comparação com o ano anterior.

Tributos a recuperar: Representa em dezembro de 2018 – 1,1% do ativo total. Com aumento de 11,2% comparado com ano anterior, decorrente principalmente pela compensação de INSS sobre a folha de pagamento no exercício.

IR e CS a recuperar: Representa em dezembro de 2018 – 1,3% do ativo total. Essa redução refere-se principalmente a compensações feitas no exercício.

Depósitos Judiciais: Representa em dezembro de 2018 – 24,4% do ativo total, apresentando um aumento de 9,7% em comparação com ano anterior, decorrente principalmente de depósitos judiciais realizado durante o exercício no valor de R\$ 181 com reversões e baixas e R\$ 818 de atualização monetária no exercício.

Imobilizado: Representa em dezembro de 2018 – 7,0% do ativo total. Apresentado uma variação negativa de 23,6% em relação ao ano anterior, decorrente dos efeitos da depreciação no exercício.

Intangível: Representa em dezembro de 2018 – 22,9% do ativo total. Apresentado uma variação negativa de 7,4% em relação ao ano anterior, decorrente dos efeitos da amortização no exercício.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Consolidado				
	31/12/2018	% AT 2018	31/12/2017	% AT 2017	2018 vs 2017 %
Empréstimos e financiamentos	88,9	6,0%	59,0	2,7%	50,7%
Obrigações com arrendamento mercantil	1,1	0,1%	1,2	0,1%	-8,3%
Fornecedores	142,3	9,6%	146,4	6,6%	-2,8%
Salários, encargos sociais e benefícios	127,2	8,6%	180,9	8,2%	-29,7%
Tributos a recolher	20,0	1,4%	29,8	1,3%	-32,9%
Demais obrigações	2,1	0,1%	4,3	0,2%	-51,3%
Total do passivo circulante	381,6	25,8%	421,6	19,0%	-9,5%
Debêntures	43,0	2,9%	1.029,1	46,4%	-95,8%
Derivativos embutidos	9,7	0,7%	-	-	0,0%
Empréstimos e financiamentos	6,4	0,4%	128,2	5,8%	-95,0%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	247,9	16,7%	291,0	13,1%	-14,8%
Obrigações com arrendamento mercantil	0,7	0,0%	1,8	0,1%	-61,1%
Tributos a recolher	25,1	1,7%	23,0	1,0%	9,1%
IR e CS diferidos a recolher	424,7	28,7%	-	0,0%	0,0%
Dividendos a pagar	24,2	1,6%	22,8	1,0%	6,1%
Demais obrigações	111,7	7,5%	154,4	7,0%	-27,7%
Total do passivo não circulante	893,4	60,3%	1.650,3	74,4%	-45,9%
Capital social	247,6	16,7%	188,9	8,5%	31,1%
Reserva de capital	10,7	0,7%	10,7	0,5%	0,0%
Reserva para aquisição de não controladores	-	-	-	-	-
Ações em tesouraria	-	0,0%	-	0,0%	-
Outros resultados abrangentes	(32,9)	-2,2%	(32,8)	-1,5%	0,3%
Prejuízo acumulado	(19,5)	-1,3%	(20,1)	-	-3,0%
Patrimônio líquido atribuível a acionistas controladores	205,9	13,9%	146,7	6,6%	40,4%
TOTAL DO PASSIVO E DO PL	1.480,9	100,0%	2.218,6	100,0%	-33,3%

Empréstimos e financiamentos e debêntures (Curto e Longo Prazo)

Representa em dezembro de 2018 – 6,0% do passivo total. Apresentando uma variação negativa de 50,7% comparada com ano anterior. Essa variação decorre principalmente dos seguintes itens: (a) captação no período 5,0 (b) amortização de principal e juros R\$ (37,4), (c) encargos financeiros e variação cambial R\$ 26,2 (d) Haircut (28,3).

Fornecedores: Representa em dezembro de 2018- 9,6% do passivo total. Possui uma variação negativa (redução) de 2,8% comparada com ano anterior. Essa variação decorre principalmente do plano de redução de custos e renegociação das dívidas junto aos fornecedores.

Salários e Encargos: Representa em dezembro de 2018 – 8,6% do passivo total. Uma variação negativa de 29,7% em relação ao ano anterior. Decorrente principalmente, de continuidade ao processo de readequação operacional da Companhia buscando melhor eficiência operacional. Em dezembro de 2018 o quadro de colaboradores era de 36.131. (45.764 em dezembro de 2017).

Tributos a recolher: Representa em dezembro de 2018 - 1,7% do passivo total. Com variação negativa de 9,1% em relação ao ano anterior. Essa variação decorre de redução de alguns tributos a recolher (como IRRF e INSS), e reclassificação para o não circulante de tributos parcelados (REFIS).

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: Representa em dezembro de 2018 – 16,7% do passivo total. Com variação negativa de 61,1% em relação ao ano anterior. Essa variação é decorrente dos seguintes fatos: Adições de R\$ 128,9 no período, Reversão de R\$ (132,2), pagamentos de R\$ (37,1), e atualização monetária e encargos financeiros de R\$ (2,9).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Demonstração do Resultado – 31/12/2018 x 31/12/2017**

DRE - (R\$ milhões)	Consolidado							
	2018	% AV 2018	2017	% AV 2017	2016	% AV 2016	Variação (%) 2018 /2017	Variação (%) 2017 /2016
Operação em continuidade								
Receita operacional líquida	1.360,4	100,0%	1.700,8	100,0%	2.042,6	100,0%	-20,0%	-16,7%
Custo dos serviços prestados	(1.393,0)	-102,4%	(1.727,9)	-101,6%	(1.948,2)	-95,4%	-19,4%	-11,3%
Prejuízo operacional bruto	(32,6)	-2,4%	(27,1)	-1,6%	94,4	4,6%	20,3%	-128,7%
Receitas (despesas) operacionais								
Comerciais	(4,2)	-0,3%	(7,4)	-0,4%	(3,1)	-0,2%	-43,2%	138,7%
Gerais e administrativas	(143,2)	-10,5%	(180,2)	-10,6%	(245,0)	-12,0%	-20,5%	-26,4%
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	126,1	9,3%	(17,6)	-1,0%	13,2	0,6%	-816,5%	-233,3%
	(21,3)	-1,6%	(205,2)	-12,1%	(234,9)	-11,5%	-89,6%	-12,6%
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras	(53,9)	-4,0%	(232,3)	-13,7%	(140,5)	-6,9%	-76,8%	65,3%
Receitas financeiras	65,4	4,8%	367,6	21,6%	88,5	4,3%	-82,2%	315,4%
Despesas financeiras	(123,3)	-9,1%	(275,2)	-16,2%	(264,3)	-12,9%	-55,2%	4,1%
	(57,9)	-4,3%	92,4	5,4%	(175,8)	-8,6%	-162,7%	-152,6%
(Prejuízo) operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	(111,7)	-8,2%	(139,9)	-8,2%	(316,3)	-15,5%	-20,2%	-55,8%
Imposto de renda e contribuição social:								
Corrente	(18,7)	-1,4%	(6,0)	-0,4%	(12,5)	-0,6%	211,7%	-52,0%
Diferido	(93,1)	-6,8%	(240,6)	-14,1%	115,1	5,6%	-61,3%	-309,0%
	(111,8)	-8,2%	(246,6)	-14,5%	102,6	5,0%	-54,7%	-340,4%
Resultado líquido das operações continuadas	(223,5)	-16,4%	(386,5)	-22,7%	(213,7)	-10,5%	-42,2%	80,9%
Operação descontinuada								
Resultado da operação descontinuada antes do imposto de renda e da contribuição social	-	0,0%	-	0,0%	201,9	9,9%	0,0%	-100,0%
Imposto de renda e contribuição social:								
Corrente	-	0,0%	-	0,0%	(68,6)	-3,4%	0,0%	0,0%
Diferido	-	0,0%	-	0,0%	2,2	0,1%	0,0%	0,0%
	-	0,0%	-	0,0%	(66,4)	-3,3%	0,0%	0,0%
Resultado líquido das operações descontinuadas	-	0,0%	-	0,0%	135,5	6,6%	0,0%	-100,0%
(Prejuízo) líquido do exercício	(223,5)	-16,4%	(386,5)	-22,7%	(78,2)	-3,8%	-42,2%	394,2%
(Prejuízo) líquido atribuível a:								
Acionistas da controladora	(223,5)	-16,4%	(386,5)	-22,7%	(78,2)	-3,8%	-42,2%	394,2%
	(223,5)	-16,4%	(386,5)	-22,7%	(78,2)	-3,8%	-42,2%	394,2%

Receita Líquida

No ano de 2018, a Receita Operacional Líquida (ROL) foi de R\$ 1.360,4 milhões, uma redução de 20%, comparado ao ano de 2017 ocasionado pela retração da atividade econômica observada e a consequente diminuição do nível de volume de serviços demandados pelos clientes.

Custos dos Serviços Prestados

Os Custos dos Serviços Prestados foi de R\$ 1.393,0 milhões no ano de 2018, apresentando uma redução de 19,4% em relação ao ano de 2017. Os principais motivos para esta variação no custo de serviços prestados são: (i) o ajuste da capacidade operacional; (ii) renegociação de contratos de aluguéis e readequação da base de sites operacionais, adequado ao novo nível de demanda; (iii) novos modelos de contratos de fornecimentos; e (iv) redução de estoque de processos trabalhistas ativos, em razão da redução do número de novos processos.

Receitas (despesas) operacionais

Gerais e Administrativas: totalizaram R\$ 143,2 milhões no ano 2018, uma redução de 20,5% em relação ao ano de 2017. Os principais motivos para essa variação são: (i) menores despesas com pessoal,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

considerando a redução de 34,3% no quadro de colaboradores administrativos no ano; (ii) redução no número de processos trabalhistas ativos, além da redução dos novos processos trabalhistas entrantes; e (iii) pelos esforços de racionalização de despesas com fornecedores.

Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas: totalizou um saldo de R\$ 126,1 milhões em 2018, contra um saldo negativo de R\$ 17,6 milhões no ano de 2017. A variação nesta linha foi ocasionada (i) pela recuperação de créditos tributários; e (ii) pela reversão da provisão tributária em 2018.

Resultado Financeiro (Receita e Despesas financeiras líquidas)

No ano de 2018, o resultado financeiro líquido atingiu um saldo negativo de R\$ 57,9 milhões, contra um saldo positivo de R\$ 92,4 milhões no ano de 2017. A Receita financeira foi de R\$ 65,4 em 2018 (R\$ 367,6 em 2017). O significativo aumento das receitas financeiras em 2017 está relacionado com o perdão parcial da dívida concedido por credores de empréstimos bilaterais, no âmbito do reperfilamento da dívida, que correspondem a 25% do saldo devido destes empréstimos, resultando em uma receita financeira de aproximadamente R\$ 62,9 milhões. A despesa financeira foi de R\$ 123,3 em 2018 (R\$ 275,2 em 2017), apresentando uma redução na comparação com o mesmo período do ano anterior. A queda decorre, principalmente, em função da redução do saldo devedor da dívida, decorrentes dos descontos concedidos no âmbito do reperfilamento, da reversão de provisão tributária e da redução de processos trabalhistas ativos e da entrada de novos processos trabalhistas, que implicariam no reconhecimento em contingências trabalhistas da atualização monetária sobre os valores provisionados.

Imposto de Renda (“IRPJ”) e a Contribuição Social (“CSLL”)

No ano, o IRPJ/CSLL da Companhia foi de R\$ (111,7) milhões, comparado ao resultado de R\$ (246,6) milhões em 2017. Os principais efeitos para a variação foi a baixa expressiva referente ao diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, além da constituição do ajuste a valor justo de empréstimos e financiamentos ocorridas em 2017.

Lucro Líquido

O Prejuízo Líquido foi de R\$ 223,5 milhões em 2018, em comparação ao Prejuízo Líquido de R\$ 386,4 milhões em 2017 e ao prejuízo R\$ 78,2 milhões em 2016.

A Companhia mantém o foco no forte acompanhamento e a aceleração das ações estruturadas de virada operacional, obtendo consistentes resultados em termos de redução de custos e despesas mencionados, visando a retomada de sua lucratividade para os próximos exercícios.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Balanco Patrimonial – 31/12/2017 x 31/12/2016 (Em milhares de reais)**

			Consolidado		2017 vs 2016 %
	31/12/2017	% AT 2017	31/12/2016 Reapresentado	% AT 2017	
Caixa e equivalentes de caixa	206,5	12,6%	323,9	14,9%	-36,2%
Contas a receber de clientes	323,7	19,7%	448,2	20,6%	-27,8%
Tributos a recuperar	17,9	1,1%	55,4	2,6%	-67,7%
IR e CS a recuperar	42,7	2,6%	55,2	2,5%	-22,6%
Despesas antecipadas e demais ativos	23,2	1,4%	26,6	1,2%	-12,8%
Total do ativo circulante	614,0	37,4%	909,3	41,9%	-32,5%
Contas a receber de clientes	90,9	5,5%	-	0,0%	0,0%
Depósitos judiciais	399,9	24,4%	359,5	16,5%	11,2%
Tributos a recuperar	2,2	0,1%	2,8	0,1%	-21,4%
IR e CS diferidos	21,6	1,3%	311,8	14,4%	-93,1%
Despesas antecipadas e demais ativos	21,0	1,3%	31,8	1,5%	-34,0%
Imobilizado	115,5	7,0%	150,5	6,9%	-23,3%
Intangível	374,9	22,9%	406,8	18,7%	-7,8%
Total do ativo não circulante	1.026,0	62,6%	1.263,2	58,1%	-18,8%
TOTAL DO ATIVO	1.640,0	100,0%	2.172,5	100,0%	-24,5%

Caixa e equivalentes de caixa: Representa em dezembro de 2017 – 12,6% do ativo total, apresentando variação negativa de 36,2% na comparação com ano anterior. Essa variação decorre pela geração de caixa operacional de R\$ 25,2 compensado pela atividade de investimentos de R\$ 24,0 e pelas atividades de financiamento de R\$ 118,7.

Contas a receber de clientes: Representa em dezembro de 2017 - 19,7% no circulante do ativo total. Com uma variação negativa de 27,8% em comparação a dezembro de 2016. Essa variação refere-se principalmente a queda no faturamento e constituição em 2017 de AVP e reclassificação de saldo para o ativo não circulante.

Tributos a recuperar: Representa em dezembro de 2017 – 1,1% do ativo total. Com redução de 67,7% comparado com ano anterior, decorrente principalmente pela compensação de INSS sobre a folha de pagamento no exercício e baixa de PIS e COFINS.

IR e CS a recuperar: Representa em dezembro de 2017 – 2,6% do ativo total. Com redução de 22,6% em relação ao ano anterior. Essa redução refere-se principalmente a compensações feitas no exercício.

IR e CS diferidos: Representa em dezembro de 2017 – 1,3% do ativo total. Com redução de 93,1% em relação ao ano anterior. Esse efeito é decorrente Compensação PRT, Reversão IRPJ /CSLL sobre Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL e Constituição e utilização durante o exercício. Está sendo demonstrando no balanço o IR e CS diferido líquido.

Depósitos Judiciais: Representa em dezembro de 2017 – 24,4% do ativo total, apresentando um aumento de 11,2% em comparação com ano anterior, decorrente principalmente de depósitos judiciais realizado durante o exercício no valor de R\$ 101,6 com reversões e baixas de R\$ 69,4 e atualização monetária de R\$ 7,8 no exercício.

Imobilizado: Representa em dezembro de 2017 – 7,0% do ativo total. Apresentado uma variação negativa de 23,3% em relação ao ano anterior, decorrente dos efeitos da depreciação no valor de R\$ 47,9 e baixa de 0,60 e adição de R\$ 13,4 no exercício.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Intangível: Representa em dezembro de 2017 – 22,9% do ativo total. Apresentado uma variação negativa de 7,8% em relação ao ano anterior, decorrente dos efeitos da amortização no valor de R\$ 40,3 – baixa de 3,3 e adição de R\$ 11,8 no exercício.

	31/12/2017	% AT 2017	Consolidado		
			31/12/2016 Reapresentado	% AT 2017	2017 vs 2016 %
Debêntures	-	0,0%	5,0	0,2%	-100,0%
Empréstimos e financiamentos	59,0	3,6%	57,3	2,6%	3,0%
Obrigações com arrendamento mercantil	1,2	0,1%	2,0	0,1%	-40,0%
Fornecedores	146,4	8,9%	159,5	7,3%	-8,2%
Antecipação de fornecedores	-	0,0%	66,8	3,1%	-100,0%
Salários, encargos sociais e benefícios	180,9	11,0%	214,8	9,9%	-15,8%
Tributos a recolher	29,8	1,8%	58,3	2,7%	-48,9%
IR e CS a recolher	-	0,0%	18,4	0,8%	-100,0%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	0,0%	0,1	0,0%	-100,0%
Dividendos a pagar	-	0,0%	20,7	1,0%	-100,0%
Demais obrigações	4,4	0,3%	5,9	0,3%	-25,4%
Total do passivo circulante	421,7	25,7%	608,8	28,0%	-30,7%
Debêntures	1.029,1	62,7%	1.157,0	53,3%	-11,1%
Empréstimos e financiamentos	128,2	7,8%	206,7	9,5%	-38,0%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	291,0	17,7%	173,8	8,0%	67,4%
Obrigações com arrendamento mercantil	1,8	0,1%	4,9	0,2%	-63,3%
Encargos sociais sobre salários	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Tributos a recolher	23,0	1,4%	1,1	0,1%	1990,9%
Dividendos a pagar	22,8	1,4%	-	0,0%	0,0%
Demais obrigações	154,4	9,4%	64,1	3,0%	140,9%
Total do passivo não circulante	1.650,3	100,6%	1.607,6	74,0%	2,7%
Capital social	188,9	11,5%	188,9	8,7%	0,0%
Outras reservas	(22,6)	-1,4%	(22,6)	-1,0%	0,0%
Ações em tesouraria	(20,0)	-1,2%	(20,0)	-0,9%	0,0%
Outros resultados abrangentes	(10,1)	-0,6%	(8,5)	-0,4%	18,8%
Prejuízo acumulado	(568,1)	-34,6%	(181,7)	-8,4%	212,7%
Total do patrimônio líquido	(431,9)	-26,3%	(43,9)	-2,0%	883,8%
TOTAL DO PASSIVO E DO PL	1.640,1	100,0%	2.172,5	100,0%	-24,5%

Empréstimos e financiamentos e debêntures (Curto e Longo Prazo)

Representa em dezembro de 2017 – 65,6% do passivo total. Apresentando uma variação positiva de 3,6% comparada com ano anterior. Essa variação decorre principalmente dos seguintes itens: (a) risco sacado R\$ 67,6 (b) custo com reperfilamento da dívida (6,8) (c) captação no período 21,2 (d) amortização de principal e juros R\$ (135,9), (d) encargos financeiros e variação cambial R\$ 169,8 (e) Haircut (62,9) e ajuste a valor presente de R\$ 263,7.

Fornecedores: Representa em dezembro de 2017- 8,9% do passivo total. Possui uma variação negativa (redução) de 8,2% comparada com ano anterior. Essa variação decorre principalmente do plano de redução de custos e renegociação das dívidas junto aos seus fornecedores.

Salários e Encargos: Representa em dezembro de 2017 – 11,0% do passivo total. Uma variação negativa de 15,8% em relação ao ano anterior. Decorrente principalmente, de continuidade ao processo de readequação operacional do segmento de Contact Center e BPO, e a nova estratégia da Companhia relacionada ao quadro de seus colaboradores. Em dezembro de 2017 o quadro de colaboradores era de 45.764. (57.370 em dezembro de 2016).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Tributos a recolher: Representa em dezembro de 2017 - 1,8% do passivo total. Com variação negativa de 48,9% em relação ao ano anterior. Essa variação decorre de redução dos tributos a recolher como (ISS (R\$9,7), e PIS e COFINS (R\$ 9,5)), e reclassificação para o não circulante de tributos parcelados (REFIS).

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: Representa em dezembro de 2017 – 17,7% do passivo total. Com variação positiva de 67,4% em relação ao ano anterior. Essa variação é decorrente dos seguintes fatos: Adições de R\$ 193,5 no período, Reversão de R\$ (90,3), pagamentos de R\$ (17,7), e atualização monetária e encargos financeiros de R\$ 31,7. Contingência tributária deve aumento de R\$ 41,1 e contingência trabalhista de R\$ 74,9 no exercício.

Demonstração do Resultado – 31/12/2017 x 31/12/2016

DRE - (R\$ milhões)					Consolidado		Variação (%) 2017 /2016	Variação (%) 2016 /2015
	2017	% AV 2017	2016 Reapresentado	% AV 2016	2015	% AV 2015		
Operação em continuidade								
Receita operacional líquida	1.700,8	100,0%	2.042,6	100,0%	2.395,7	100,0%	-16,7%	-14,7%
Custo dos serviços prestados	(1.727,9)	-101,6%	(1.948,2)	-95,4%	(2.334,7)	-97,5%	-11,3%	-16,6%
Lucro operacional bruto	(27,1)	-1,6%	94,4	4,6%	61,0	2,5%	-128,7%	54,8%
Receitas (despesas) operacionais								
Comerciais	(7,4)	-0,4%	(3,1)	-0,2%	(12,0)	-0,5%	138,7%	-74,2%
Gerais e administrativas	(180,2)	-10,6%	(245,0)	-12,0%	(286,0)	-11,9%	-26,4%	-14,3%
Pagamento baseado em ações	-	0,0%	(0,1)	0,0%	(0,4)	0,0%	-100,0%	-75,0%
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(17,6)	-1,0%	13,2	0,6%	62,0	2,6%	-233,3%	-78,7%
	(205,2)	-12,1%	(235,0)	-11,5%	(236,4)	-9,9%	-12,7%	-0,6%
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	(232,3)	-13,7%	(140,6)	-6,9%	(175,4)	-7,3%	65,2%	-19,8%
Receitas financeiras	367,6	21,6%	88,5	4,3%	51,0	2,1%	315,4%	73,5%
Despesas financeiras	(275,2)	-16,2%	(264,3)	-12,9%	(233,6)	-9,8%	4,1%	13,1%
	92,4	5,4%	(175,8)	-8,6%	(182,6)	-7,6%	-152,6%	-3,7%
(Prejuízo) operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	(139,9)	-8,2%	(316,4)	-15,5%	(358,0)	-14,9%	-55,8%	-11,6%
Imposto de renda e contribuição social:								
Corrente	(6,0)	-0,4%	(12,5)	-0,6%	(12,3)	-0,5%	-52,0%	1,6%
Diferido	(240,6)	-14,1%	115,1	5,6%	109,0	4,5%	-309,0%	5,6%
	(246,6)	-14,5%	102,6	5,0%	96,7	4,0%	-340,4%	6,1%
Resultado líquido das operações continuadas	(386,5)	-22,7%	(213,8)	-10,5%	(261,3)	-10,9%	80,8%	-18,2%
Operação descontinuada								
Resultado da operação descontinuada antes do imposto de renda e da contribuição social	-	0,0%	201,9	9,9%	34,6	1,4%	-100,0%	483,5%
Imposto de renda e contribuição social:								
Corrente	-	0,0%	(68,6)	-3,4%	-	0,0%	0,0%	0,0%
Diferido	-	0,0%	2,2	0,1%	-	0,0%	0,0%	0,0%
	-	0,0%	(66,4)	-3,3%	-	0,0%	0,0%	0,0%
Resultado líquido das operações descontinuadas	-	0,0%	135,5	6,6%	34,6	1,4%	-100,0%	291,6%
(Prejuízo) líquido do exercício	(386,5)	-22,7%	(78,3)	-3,8%	(226,7)	-9,5%	393,6%	-65,5%
(Prejuízo) líquido atribuível a:								
Acionistas da controladora	(386,5)	-22,7%	(78,3)	-3,8%	(226,7)	-11,1%	393,6%	-65,5%
	(386,5)	-22,7%	(78,3)	-3,8%	(226,7)	-11,1%	393,6%	-65,5%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Receita Líquida

No ano de 2018, a Receita Operacional Líquida (ROL) foi de R\$ 1.360,4 milhões, uma redução de 20%, comparado ao ano de 2017 ocasionado pela retração da atividade econômica observada e a consequente diminuição do nível de volume de serviços demandados pelos clientes.

Custos dos Serviços Prestados

Os Custos dos Serviços Prestados foi de R\$ 1.393,0 milhões no ano de 2018, apresentando uma redução de 19,4% em relação ao ano de 2017. Os principais motivos para esta variação no custo de serviços prestados são: (i) o ajuste da capacidade operacional do segmento de *Contact Center & BPO*; (ii) renegociação de contratos de aluguéis e readequação da base de sites operacionais, adequado ao novo nível de demanda; (iii) novos modelos de contratos de fornecimentos; e (iv) redução de estoque de processos trabalhistas ativos e redução da entrada de novos processos. A Companhia encerrou o ano com 36,1 mil colaboradores, sendo 45,8 mil em 2017. Também contribuiu para a redução do custo de serviços prestados os menores custos com aluguéis e seguros e serviços de terceiros.

Receitas (despesas) operacionais

Gerais e Administrativas: totalizaram R\$ 143,2 milhões no ano 2018, uma redução de 20,5% em relação ao ano de 2017. Os principais motivos para essa variação são: (i) menores despesas com pessoal, considerando a redução de 34,3% no quadro de colaboradores administrativos no ano; (ii) redução de estoque de processos trabalhistas ativos, além da redução dos novos processos trabalhistas entrantes; e (iii) pelos esforços de racionalização de despesas com fornecedores.

Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas: totalizou um saldo de R\$ 123,5 milhões em 2018, contra um saldo negativo de R\$ 17,6 milhões no ano de 2017. A variação nesta linha foi ocasionada (i) pela recuperação de créditos tributários; e (ii) pela reversão da provisão tributária em aproximadamente R\$ 91 milhões em 2018.

Resultado Financeiro (Receita e Despesas financeiras líquidas)

No ano de 2018, o resultado financeiro líquido atingiu um saldo negativo de R\$ 57,9 milhões, contra um saldo positivo de R\$ 92,4 milhões no ano de 2017. A Receita financeira foi de R\$ 65,4 em 2018 (R\$ 367,6 em 2017). O significativo aumento das receitas financeiras em 2017 está relacionado com o perdão parcial da dívida concedido por credores de empréstimos bilaterais, no âmbito do reperfilamento da dívida, que correspondem a 25% do saldo devido destes empréstimos, resultando em uma receita financeira de aproximadamente R\$ 62,9 milhões. A despesa financeira foi de R\$ 123,3 em 2018 (R\$ 275,2 em 2017), apresentando uma redução na comparação com o mesmo período do ano anterior. A queda decorre, principalmente, em função da redução do saldo devedor da dívida, decorrentes dos descontos concedidos no âmbito do reperfilamento, da reversão de provisão tributária e da redução de processos trabalhistas ativos e da entrada de novos processos trabalhistas, que implicariam no reconhecimento em contingências trabalhistas da atualização monetária sobre os valores provisionados.

Imposto de Renda ("IRPJ") e a Contribuição Social ("CSLL")

No ano, o IRPJ/CSLL da Companhia foi de R\$ (111,8) milhões, comparado ao resultado de R\$ (246,6) milhões em 2017. Os principais efeitos para a variação foi a baixa expressiva referente ao diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, além da constituição do ajuste a valor justo de empréstimos e financiamentos ocorridas em 2017.

Lucro Líquido

O Prejuízo Líquido foi de R\$ 226,1 milhões em 2018, em comparação ao Prejuízo Líquido de R\$ 386,4 milhões em 2017 e ao prejuízo R\$ 78,3 milhões em 2016.

A Companhia mantém o foco no forte acompanhamento e a aceleração das ações estruturadas de virada operacional, obtendo consistentes resultados em termos de redução de custos e despesas mencionados, visando a retomada de sua lucratividade para os próximos exercícios.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

Após a autorização para a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Administração da Companhia identificou incorreções de exercícios anteriores em suas demonstrações financeiras em decorrência do tratamento contábil dispensado a determinados ágios gerados em aquisições de controladas, reclassificações entre contas patrimoniais e outros ajustes e, procedeu a sua correção em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro, sendo realizada a reapresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Abaixo descrevemos o resumo de cada ajuste e reclassificação efetuada:

Balanco Patrimonial – 31/12/2016 x 31/12/2015 (Em milhares de reais)

	31/12/2016		Consolidado		2016 vs 2015 %
	Reapresentado	% AT 2016	31/12/2015	% AT 2016	
Caixa e equivalentes de caixa	323,9	14,9%	369,5	14,1%	-12,3%
Contas a receber de clientes	448,2	20,6%	328,5	12,5%	36,4%
Tributos a recuperar	55,4	2,6%	59,2	2,3%	-6,4%
IR e CS a recuperar	55,2	2,5%	56,9	2,2%	-3,0%
Depósitos judiciais	-	0,0%	23,1	0,9%	-100,0%
Despesas antecipadas e demais ativos	26,6	1,2%	26,8	1,0%	-0,7%
Total do ativo circulante	909,3	41,9%	864,0	33,0%	5,2%
Depósitos judiciais	359,5	16,5%	286,0	10,9%	25,7%
Tributos a recuperar	2,8	0,1%	0,7	0,0%	300,0%
IR e CS diferidos	311,8	14,4%	311,4	11,9%	0,1%
Despesas antecipadas e demais ativos	31,8	1,5%	30,2	1,2%	5,3%
Imobilizado	150,5	6,9%	373,3	14,2%	-59,7%
Intangível	406,8	18,7%	755,8	28,8%	-46,2%
Total do ativo não circulante	1.263,2	58,1%	1.757,4	67,0%	-28,1%
TOTAL DO ATIVO	2.172,5	100,0%	2.621,4	100,0%	-17,1%

Caixa e equivalentes de Caixa

A posição de caixa e equivalentes de caixa ao final de 2016 era de R\$ 323,9 milhões, apresentando uma redução de R\$ 45,6 milhões, em relação à posição de dezembro de 2015.

Essa variação reflete principalmente ao início do pagamento em março de 2016 de prazos renegociados com fornecedores no fim do ano de 2015 e início de 2016.

Contas a receber de clientes

No final de 2016, a Companhia apresentou um saldo de contas a receber de R\$ 448,2 milhões. A variação de R\$119,7 milhões entre dezembro de 2016 e o registrado em dezembro de 2015 deve-se ao maior volume de pagamentos que tiveram sua quitação na primeira quinzena de janeiro de 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Tributos a recuperar**

A variação negativa em 31/12/2016 em relação à 31/12/2015 no montante de R\$ 1,7 milhões (circulante e não circulante) deve-se principalmente recuperação de INSS a recuperar sobre verbas indenizatórias e a reclassificação de tributos para IR e CS a Recuperar.

IR e CS a recuperar

A variação em 31 de dezembro de 2016 em relação a 31 de dezembro de 2015 no montante de R\$ 1,7 milhões deve-se principalmente à compensação de saldo negativo de períodos anteriores e baixa de tributos a recuperar na operação descontinuada da Divisão Allus.

Imobilizado

A variação em 31/12/2016 em relação à 31/12/2015 no montante de R\$ 222,8 milhões deve-se principalmente as baixas dos ativos classificados como “operação descontinuada” (Allus), no valor de R\$ 102,6 milhões e da depreciação do ano valor de R\$ 123,8 milhões.

Intangível

A variação em 31/12/2016 em relação a 31/12/2015 no montante de R\$ 349,0 milhões deve-se principalmente as baixas dos ativos classificados como “operação descontinuada” (Allus), no valor de R\$ 304,3 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	31/12/2016 Reapresentado	% AT 2016	31/12/2015	% AT 2016	2016 vs 2015 %
Debêntures	5,0	0,2%	696,8	26,6%	-99,3%
Empréstimos e financiamentos	57,3	2,6%	161,3	6,2%	-64,5%
Obrigações com arrendamento mercantil	2,0	0,1%	2,0	0,1%	0,0%
Fornecedores	159,5	7,3%	243,0	9,3%	-34,4%
Antecipação de fornecedores	66,8	3,1%	63,1	2,4%	5,9%
Salários, encargos sociais e benefícios	214,8	9,9%	278,9	10,6%	-23,0%
Tributos a recolher	58,3	2,7%	71,5	2,7%	-18,5%
IR e CS a recolher	18,4	0,8%	16,1	0,6%	14,3%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	0,1	0,0%	15,8	0,6%	-99,4%
Dividendos a pagar	20,7	1,0%	25,9	1,0%	-20,1%
Contraprestação contingente	-	0,0%	0,2	0,0%	-100,0%
Demais obrigações	5,9	0,3%	15,2	0,6%	-61,2%
Total do passivo circulante	608,8	28,0%	1.589,8	60,6%	-61,7%
Debêntures	1.157,0	53,3%	400,1	15,3%	189,2%
Empréstimos e financiamentos	206,7	9,5%	305,2	11,6%	-32,3%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	173,8	8,0%	94,7	3,6%	83,5%
Obrigações com arrendamento mercantil	4,9	0,2%	7,0	0,3%	-30,0%
Tributos a recolher	1,1	0,1%	1,9	0,1%	-42,1%
IR e CS diferidos a recolher	-	0,0%	47,8	1,8%	-100,0%
Demais obrigações	64,1	3,0%	4,2	0,2%	1426,2%
Total do passivo não circulante	1.607,6	74,0%	860,9	32,8%	86,7%
Capital social	188,9	8,7%	181,6	6,9%	4,0%
Outras reservas	(22,6)	-1,0%	(33,2)	-1,3%	-31,9%
Ações em tesouraria	(20,0)	-0,9%	(20,1)	-0,8%	-0,5%
Outros resultados abrangentes	(8,5)	-0,4%	82,7	3,2%	-110,3%
Prejuízo acumulado	(181,7)	-8,4%	(40,3)	-1,5%	350,9%
Total do patrimônio líquido	(43,9)	-2,0%	170,7	6,5%	-125,7%
TOTAL DO PASSIVO E DO PL	2.172,5	100,0%	2.621,4	100,0%	-17,1%

Fornecedores

A variação em 31/12/2016 em relação à 31/12/2015 com redução no montante de R\$ 83,5 milhões deve-se principalmente ao início do pagamento em março de 2016 de fornecedores com prazos renegociados no fim do ano de 2015 e início de 2016.

Salários e encargos

A variação em 31/12/2016 em relação a 31/12/2015 no montante de R\$ 64,1 milhões deve-se principalmente as baixas dos passivos classificados como “operação descontinuada” (Allus) e redução do quadro de colaboradores.

Tributos a recolher

A variação em 31/12/2016 em relação a 31/12/2015 no montante de R\$ 14,0 milhões deve-se principalmente as baixas dos passivos classificados como “mantido para venda” (Allus), no valor de R\$ 22,0 milhões.

Empréstimos e financiamentos e debêntures (Curto e Longo Prazo)

A variação dos empréstimos e financiamentos e debêntures (curto e longo prazo) em 31/12/2016 em relação à 31/12/2015 foi redução de R\$ 137,4 milhões decorrente de (i) amortizações de principal e juros resultantes principalmente da amortização extraordinária da dívida financeira da Companhia por conta da alienação da Divisão Allus e (ii) baixa dos passivos classificados para venda (curto e longo prazo) referentes às

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

operações de empréstimos registrado no grupo Allus. Esta redução foi parcialmente compensada por (i) juros apropriados no ano de 2016 e (ii) novas captações de dívidas. As operações de debêntures e empréstimos e financiamentos, registradas no curto prazo, foram reclassificadas para o passivo não circulante em virtude da renegociação da dívida.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (Circulante e não Circulante).

A variação em 31/12/2016 em relação à 31/12/2015 no montante de R\$ 63,4 milhões (circulante e não circulante), deve-se principalmente a novos processos trabalhistas “*outliers*”.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Demonstração do Resultado – 31/12/2016 x 31/12/2015**

DRE - (R\$ milhões)	2016 Reapresentado	% AV 2016	2015	% AV 2015	Variação (%) 2016 /2015
Operação em continuidade					
Receita operacional líquida	2.042,6	100,0%	2.395,7	100,0%	-14,7%
Custo dos serviços prestados	(1.948,2)	-95,4%	(2.334,7)	-97,5%	-16,6%
Lucro operacional bruto	94,4	4,6%	61,0	2,5%	54,8%
Receitas (despesas) operacionais					
Comerciais	(3,1)	-0,2%	(12,0)	-0,5%	-74,2%
Gerais e administrativas	(245,0)	-12,0%	(286,0)	-11,9%	-14,3%
Pagamento baseado em ações	(0,1)	0,0%	(0,4)	0,0%	-75,0%
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	13,2	0,6%	62,0	2,6%	-78,7%
	(235,0)	-11,5%	(236,4)	-9,9%	-0,6%
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	(140,6)	-6,9%	(175,4)	-7,3%	-19,8%
Receitas financeiras	88,5	4,3%	51,0	2,1%	73,5%
Despesas financeiras	(264,3)	-12,9%	(233,6)	-9,8%	13,1%
	(175,8)	-8,6%	(182,6)	-7,6%	-3,7%
(Prejuízo) operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	(316,4)	-15,5%	(358,0)	-14,9%	-11,6%
Imposto de renda e contribuição social:					
Corrente	(12,5)	-0,6%	(12,3)	-0,5%	1,6%
Diferido	115,1	5,6%	109,0	4,5%	5,6%
	102,6	5,0%	96,7	4,0%	6,1%
Resultado líquido das operações continuadas	(213,8)	-10,5%	(261,3)	-10,9%	-18,2%
Operação descontinuada					
Resultado da operação descontinuada antes do imposto de renda e da contribuição social	201,9	9,9%	34,6	1,4%	483,5%
Imposto de renda e contribuição social:					
Corrente	(68,6)	-3,4%	-	0,0%	0,0%
Diferido	2,2	0,1%	-	0,0%	0,0%
	(66,4)	-3,3%	-	0,0%	0,0%
Resultado líquido das operações descontinuadas	135,5	6,6%	34,6	1,4%	291,6%
(Prejuízo) líquido do período	(78,3)	-3,8%	(226,7)	-9,5%	-65,5%
(Prejuízo) líquido atribuível a:					
Acionistas da controladora	(78,3)	-3,8%	(226,7)	-9,5%	-65,5%
	(78,3)	-3,8%	(226,7)	-9,5%	-65,5%

*Considerando a venda de sua divisão “Allus” e em concordância com as práticas contábeis adotadas, CPC 31 Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresenta suas demonstrações financeiras considerando tal segregação. Para o período comparativo (2015), demonstramos os números considerando o mesmo critério (reapresentado).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Principais impactos no ano de 2016, comparando com o mesmo período do ano anterior (2015):

Receita Líquida

No ano de 2016, a Receita Operacional Líquida (ROL) foi de R\$ 2.042,6 milhões, uma redução de 14,7%, comparado ao ano de 2015 ocasionado pela retração da atividade econômica observada e a consequente diminuição de volume contratado no período.

Custos dos Serviços Prestados

Os Custos dos Serviços Prestados foi de R\$ 1.948,2 milhões no ano de 2016, apresentando uma redução de 16,6% em relação ao ano de 2015. Os principais motivos para esta variação no custo de serviços prestados são os menores custos com folha em decorrência da redução do volume de serviços contratados e o consequente processo de readequação operacional do segmento de Contact Center & BPO no Brasil. A Companhia encerrou o ano com 57,3 mil colaboradores, sendo 54,8 mil na operação. Também contribuiu para a redução do custo de serviços prestados os menores custos com aluguéis e seguros como efeito da redução da base de sites da Companhia nos períodos.

Receitas (despesas) operacionais

Gerais e Administrativas: totalizaram R\$ 245,0 milhões no ano 2016, uma redução de 14,3% em relação ao ano de 2015. Essa redução se deu principalmente por conta de despesas relacionadas a salários e benefícios a empregados e aluguéis e seguros.

Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas: houve o reconhecimento de despesa líquida de R\$ 13,2 milhões no ano de 2016 comparada à receita líquida de R\$ 62,0 milhões no ano de 2015. O resultado desta variação reflete a receita operacional auferida no ano de 2016 por conta do reconhecimento de despesas recuperadas na ordem de R\$ 41,2 milhões.

Despesas financeiras líquidas

Despesas Financeiras Líquidas: no ano de 2016, as despesas financeiras líquidas atingiram R\$ 175,8 milhões, em comparação a despesa de R\$ 182,6 milhões no ano de 2015. A redução é explicada principalmente pela (i) liquidação parcial da dívida decorrente da alienação da Allus e (ii) redução dos principais indexadores da dívida no período com destaque para o IPCA.

Imposto de Renda ("IRPJ") e a Contribuição Social ("CSLL")

No ano de 2016, o valor de IRPJ/CSLL da Companhia apresentou saldo de R\$ 102,6 milhões, comparado a saldos de R\$ 96,7 milhões no ano de 2015. Essa variação refere-se ao saldo do imposto de renda e contribuição social diferido no período, decorrente do prejuízo fiscal acumulado no ano 2016.

Lucro Líquido

A Companhia registrou Prejuízo Líquido de R\$ 78,3 milhões no ano de 2016, em comparação ao prejuízo de R\$ 226,7 milhões no ano de 2015.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a) resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Em 2018, a Companhia registrou Receita Operacional Líquida (ROL) de R\$ 1.360,4 milhões, queda de 20,0% versus 2017, resultado influenciado principalmente pelo novo nível de volume de serviços demandados pelos clientes no último ano.

Considerando as tendências de comportamento do consumidor, a Companhia atualizou o seu posicionamento estratégico, que culminou no lançamento da nova marca, a Liq. Em um ano da nova marca, como resultado deste movimento, houve um crescimento de 63,4% da ROL na linha de *Trade & Live Marketing* na comparação com o ano de 2017

Destacamos abaixo os demais pontos que influenciaram a variação da ROL nos períodos:

- (i) RRS (*Revenue Related Services*): redução de 12,1% na ROL de 2018 em relação a 2017. A redução verificada foi resultado, principalmente, do novo volume de serviços de atendimento de voz demandados pelos clientes.
- (ii) SAC H.I (*Human Interface*) e IVR. (*Interactive Voice Response*): redução de 29,5% na ROL de 2018 em relação a 2017, em razão da redução do volume demandado por clientes, principalmente nos setores de Telecomunicações e Financeiro, devido à aceleração digital dos clientes. No âmbito deste serviço, sempre que possível, a Liq propõe aos clientes a implantação de estratégias de *cross* e *up selling*, no intuito de gerar receitas para as empresas clientes, por meio da venda de produtos e serviços durante o atendimento receptivo. A estratégia de *cross* e *up-selling* compensou em parte a queda de receita com serviços de SAC H.I & IVR.
- (iii) BPO (*Business Process Outsourcing*): redução de 35,7% na ROL de 2018 em relação a 2017. Recentemente a Liq intensificou investimentos na unidade de negócio BPO, que oferecerá novas soluções visando diversificar nossos segmentos de atuação.
- (iv) Trade & Live Marketing: aumento de 63,4% na ROL de 2018 em relação a 2017. O crescimento reflete a capacidade da Companhia em atuar em diversos canais de relacionamento.
- (v) OPERTEC: redução de 29,8% na ROL de 2018 em relação a 2017. A queda é reflexo da redução de demanda deste serviço apresentado aos clientes.

Como principal empresa de *Customer Experience All-line* do Brasil a Liq tem ganhado, cada vez mais, espaço no mercado para oferecer soluções inovadoras e integradas aos seus clientes, que acompanham a jornada do consumidor em diversos canais de relacionamento (voz, presencial e digital). O crescimento da participação de clientes do setor de Serviços e Indústria na ROL em 2018 é indicativo da evolução do posicionamento da Companhia, que busca diversificar sua atuação com soluções *All-line* (Voz, Digital e Presencial) para diversos setores, com presença em todas as etapas do atendimento do consumidor.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Em 2017, a Companhia registrou Receita Operacional Líquida (ROL) de R\$ 1.700,8 milhões, queda de 16,7% versus 2016, resultado influenciado principalmente pelo novo nível de volume de serviços demandados pelos clientes no ano em questão. Com o início da atualização do seu posicionamento estratégico, que culminou no lançamento da nova marca, a Liq, em 2017 houve um crescimento de 8,7% na comparação com o ano de 2016 da ROL na linha de serviços Marketing Promocional e Trade. No quarto trimestre de 2017 (4T17), a ROL com estes serviços foi superior em 19,5% na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior. Destaque também para CRM Services, no ano a ROL com este serviço cresceu 1,1% na comparação com 2016.

Destacamos abaixo os demais pontos que influenciaram a variação da ROL nos períodos:

- (i) **Contact Center & BPO:** redução de 14,4% na ROL de 2017 em relação a 2016. A redução verificada foi resultado, principalmente, do novo volume de serviços de atendimento de voz demandados pelos clientes do setor de telecomunicações e financeiro. Vale destacar, porém, a conquista de 4 novos clientes nesse segmento em 2017, de diferentes setores da economia. O crescimento no segmento de CRM Services compensou em parte a queda na ROL no segmento de Contact Center & BPO.
- (ii) **Marketing Promocional e Trade:** crescimento de 8,7% em 2017 na comparação com 2016. Reflexo da capacidade da Companhia de atuar em diferentes canais de relacionamento, seja no ambiente presencial, digital ou de voz (estratégia All-Line). No ano foram conquistados 4 novos clientes deste segmento.

Em 2016, houve o reconhecimento contábil de R\$ 68,4 milhões devido à ajuste não recorrente de adequação do reconhecimento de receita segundo novos modelos de contrato. A receita operacional líquida ajustada foi de R\$ 1.974,2 milhões, uma redução de 13,7% em relação à receita operacional líquida ajustada (somente Brasil) de 2015 que totalizou R\$ 2.287,6 milhões, explicada principalmente pela redução de volumes contratados por clientes representativos. Entretanto, vale destacar que alguns clientes que iniciaram operação em 2015 e 2016 compensaram parcialmente a redução da ROL do ano.

- (i) **Contact Center & Business Process Outsourcing (“BPO”):** R\$ 1.831,0 milhões, representando uma redução de 13,0% na comparação anual, ocasionada principalmente pela redução de volume e pela renegociação de contratos com o principal cliente da Companhia;
- (ii) **Trade Marketing:** R\$ 91,8 milhões, 26,8% menor que em 2015, refletindo ainda a retração da atividade econômica observada a partir do ano passado e alterações nas estratégias comerciais dos clientes; e
- (iii) **TIC:** R\$ 51,5 milhões, redução de 11,2% em relação a 2015, devido ao menor volume de projetos contratados.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2018, o custo dos serviços prestados atingiu R\$ 1.393,0 milhões, reduzindo 19,4% em comparação a 2017. A Liq mantém o foco em iniciativas de redução de custos e despesas. A adoção de novos modelos de contratos de fornecimento, a readequação da capacidade operacional e da base de sites operacionais acarretaram uma queda em todas as linhas dos Custos dos Serviços Prestados. Alguns destaques de pontos que influenciaram a variação: (i) o ajuste da capacidade operacional do segmento de *Contact Center & BPO*; (ii) renegociação de contratos de aluguéis e readequação da base de sites

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

operacionais, adequado ao novo nível de demanda; (iii) novos modelos de contratos de fornecimentos; e (iv) redução de estoque de processos trabalhistas ativos e redução da entrada de novos processos.

As Despesas Comerciais Gerais e Administrativas (CG&A) totalizaram R\$ 147,4 milhões em 2018, redução de 21,3% em relação a 2017. Essa redução se deu principalmente devido às menores despesas com pessoal, considerando a redução de 34,3% no quadro de colaboradores administrativos no período, dos esforços de racionalização de despesas com fornecedores e pela redução de estoque de processos trabalhistas ativos e redução da entrada de novos processos.

O EBITDA da Companhia em 2018 foi de R\$ 2,3 milhões, comparado a -R\$144,0 milhões reportado em 2017. O resultado do ano reflete alguns itens não recorrentes, a exemplo gastos extraordinários de rescisões trabalhistas no período para adequação da estrutura operacional e administrativa, entre outros. O EBITDA da Companhia em 2017 foi de R\$ (144,0) milhões, comparado a R\$226,3 milhões reportado em 2016, o resultado do ano reflete alguns itens não recorrentes, a exemplo do reconhecimento do desconto concedido ao cliente Oi, no âmbito de sua Recuperação Judicial, dentre outros. Em 2016, o EBITDA positivo é decorrente do resultado positivo da venda da Divisão Allus.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Oscilações no volume dos serviços

O aumento e a diminuição do volume dos serviços demandados pelos nossos clientes afetam, de forma significativa, os nossos resultados, particularmente porque tais oscilações comprometem as taxas de utilização da capacidade instalada e as receitas. Desta forma, o crescimento da base de consumidores dos nossos clientes poderá aumentar a necessidade de serviços de *contact center* em geral, tais como serviços de atendimento ao cliente, televendas, cobrança e retenção. Por outro lado, a diminuição da base de consumidores dos nossos clientes ou a ocorrência de outros fatos, tais como, aumento nos serviços automatizados de atendimento a consumidores, diminuição do volume de chamadas ou tempo de duração da chamada, poderá acarretar na redução da receita da Companhia no longo prazo.

A Companhia enfrentou importante redução de demanda de seu maior cliente que reduziu o volume de contratação a partir de 2015, entre outras reduções observadas nos demais clientes. A Liq está em contínuo processo de readequação da estrutura aos volumes de serviços demandados pelo cliente.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A atividade da Companhia, por essência, deve estar continuamente focada em ampliar os ganhos de eficiência da operação e repassá-la em forma de precificação mais adequada para seus clientes, bem como ampliar e sustentar as margens de lucratividade do negócio. Portanto, no processo frequente de reajustes contratuais, a Companhia tende a repassar parte da inflação interna observada, que é parcialmente compensada pelos ganhos de produtividade.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Considerando essa dinâmica de reajuste e o mercado concorrencial em que atua, a Companhia tem conseguido repassar parcialmente a inflação interna observada. Essa inflação, em geral, se aproxima dos principais indicadores-referência de inflação do mercado.

Os custos e as despesas totais da Companhia (despesas com vendas, despesas administrativas e outras despesas e receitas operacionais líquidas) apresentaram redução de 26,8% e de 11,5% em 2018 e 2017, respectivamente. Outro fator relevante na estrutura de custos e despesas da Companhia são os gastos com pessoal (76% dos custos e despesas totais em 2018). Assim sendo, o reajuste anual de preços também tem correlação com a variação do salário mínimo, além da inflação passada. O salário mínimo sofreu aumento de 11,7%, 6,5% e 1,8% em 2016, 2017 e 2018, respectivamente. As negociações com os sindicatos, de aumento de salários e benefícios de empregados poderão impactar o negócio da Companhia, até entrar em vigor o reajuste contratual com os clientes. As negociações anuais com os sindicatos de empregados normalmente resultam em aumento de remuneração, que poderá ocorrer na forma de um aumento percentual do salário e/ou pagamento único. Esta última hipótese acarretaria por um determinado período, um efeito mais significativo sobre o fluxo de caixa.

Em geral, os reajustes contratuais são anuais também em decorrência dos períodos de reajuste de outros dos principais custos da Companhia, tais como telecomunicações e aluguel de instalações, que também sofrem reajustes periódicos. Se algum contrato com algum fornecedor relevante for reajustado, os resultados mensais serão impactados em relação ao mês anterior.

Ao mesmo tempo em que a inflação tem sido mantida relativamente sob controle desde a implementação do Plano Real em 1994, as pressões inflacionárias têm aumentado nos últimos anos. Segundo o Índice Geral de Preços do Mercado (“IGP-M”) da Fundação Getúlio Vargas (“FGV”), as taxas de inflação dos preços gerais no Brasil foram de 7,2%, -0,5% e 7,5% em 2016, 2017 e 2018, respectivamente. Segundo o IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“IBGE”), as taxas de inflação nos preços ao consumidor brasileiro foram de 6,3%, 2,9% e 3,7% respectivamente, em 2016, 2017 e 2018.

O risco de taxas de juros é aquele pelo qual a Companhia poderá vir a sofrer perdas econômicas decorrentes de alterações nas taxas de juros que afetem seus ativos e passivos. No encerramento do exercício social de 2018, a Companhia não restringia a sua exposição às diferentes taxas de juros e também não estabelecia limites entre taxas pré ou pós-fixadas. A Companhia, entretanto, monitora continuamente as taxas de juros de mercado visando avaliar a eventual necessidade de contratação de operações com o objetivo de proteção contra a volatilidade dessas taxas e para gerenciar o descasamento entre suas aplicações financeiras e dívidas. Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não celebrou contratos de instrumentos financeiros derivativos.

O endividamento da Companhia está atrelado, essencialmente, às taxas do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) e ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”). Na ocorrência de alterações adversas no mercado que resulte na elevação do CDI, e do IPCA, o custo do endividamento pós-fixado se eleva, mas por outro lado, o custo do endividamento pré-fixado se reduz em termos relativos.

A Companhia mantém parte substancial dos saldos de caixa e equivalentes de caixa indexados à variação do CDI. As projeções macroeconômicas divulgadas no Relatório Focus, emitido pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), em 31 de dezembro de 2018, indicavam como cenário provável em 2019: IPCA de 4,11% e CDI (% a.a.) de 7,75%.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Essa evolução se compara às variações observadas nos principais índices de juros que são referência para o mercado: (i) o CDI que é a taxa utilizada como referência para os empréstimos interbancários e debêntures: suas taxas acumuladas dos anos de 2016, 2017 e 2018 foram de 14,0%, 9,9% e 6,4%, respectivamente; e (ii) o IPCA, que é a taxa utilizada como referência para uma série das debêntures foram de 6,3%, 2,9% e 3,7% respectivamente, em 2016, 2017 e 2018.

Em 31 de dezembro de 2018, a dívida total por indexador da Liq estava distribuída da seguinte forma: CDI: 99,6% e IPCA: 0,4%. Um aumento significativo no CDI pode afetar negativamente as despesas financeiras da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras.

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Nenhum segmento operacional foi introduzido ou alienado no âmbito das atividades da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, não foram constituídas, adquiridas ou alienadas participações societárias. Para mais informações sobre as operações societárias da Companhia, ver item 15.7 do formulário de referência da Companhia.

O crescimento operacional da Companhia vem passando por algumas mudanças societárias decorrentes de, vendas e incorporações, conforme destacam-se a partir de 2016.

➤ Em 09 de setembro de 2016, a Companhia concluiu a venda da Divisão Allus (Stratton Spain, Bex, Stratton Peru, Allus Spain, Allus Peru, Multienlace, Stratton Argentina, Stratton RES, Stratton Nea, Stratton Chaco), para o Grupo Konecta.

➤ Em 31 de dezembro de 2016, a Liq Corp S.A. (anteriormente denominada Contax Mobitel S.A.) incorporou a Ability Comunicação Integrada Ltda. (“Ability”), com o fim de simplificar sua estrutura operacional e societária, além de agregar a atividade de trade marketing em uma única empresa, reforçando o conceito de multicanalidade na prestação de serviços.

➤ Em 31 de dezembro de 2016, a Liq Corp S.A. (anteriormente denominada Contax Mobitel S.A.) incorporou as subsidiárias BRC e Venecia.

➤ Em 31 de maio de 2017, a Liq Corp S.A. (anteriormente denominada Contax Mobitel S.A.) incorporou a Todo Tecnologia da Informação S.A. e sua subsidiária, com objetivo de simplificação da sua estrutura operacional.

c) eventos ou operações não usuais

Renegociação da Dívida: Em 2017 a Companhia iniciou um processo de renegociação com seus credores para alongamento do fluxo financeiro de suas dívidas. Em Assembleias Gerais de Debenturistas realizadas em 14 e 21 de agosto de 2017 e em 13 de setembro de 2017 foram firmados novos aditamentos para essa dívida.

No dia 14 de dezembro de 2017, todas as condições de eficácia para o alongamento das dívidas foram atendidas pela Companhia, tornando vigentes os novos aditamentos com os termos e condições da dívida.

No processo de renegociação das dívidas, a Companhia obteve um desconto (“Haircut”) com os novos credores de 25% da dívida executada, somando o montante de ganho de R\$ 62.858, que foi reconhecido como receita financeira.

Nos dias 20 e 21 de março de 2018 foram concluídas as ofertas da 5ª e da 6ª emissões de debêntures da Companhia. Para aquisição dessas novas debêntures, os credores da Companhia utilizaram os valores que possuíam das emissões anteriores para subscrição e integralização.

5ª Emissão pública de debêntures

Todas as debêntures da 5ª emissão foram subscritas e integralizadas no dia 20 de março de 2018, exceto pelas debêntures da 1ª série, as quais foram subscritas e integralizadas em 20 e 21 de março

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

de 2018.

Em 20 de março de 2018, as debêntures da 1ª, 2ª 3ª e 4ª séries, foram subscritas e integralizadas no mercado primário, à vista, pelo seu valor nominal unitário.

Em 21 de março de 2018, as debêntures da 1ª série foram subscritas e integralizadas no mercado primário, à vista, pelo seu valor nominal unitário, acrescido:

- (i) de ágio de 33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento); e
- (ii) da Remuneração das debêntures da 1ª série, calculada pro rata temporis desde a primeira data de integralização até a segunda data de integralização.

Como resultado das subscrições e integralizações, as debêntures da 5ª emissão, foram distribuídas da seguinte forma:

Emissões	Quantidade	Valor na subscrição
1a série (LIQP15)	376.927.142	R\$ 376.927
2a série (LIQP25)	121.237.978	R\$ 121.238
3a série (LIQP35)	151.039.356	R\$ 151.039
4a série (LIQP45)	268.984.719	R\$ 268.985
Total	918.189.195	R\$ 918.189

6ª Emissão Pública de Debêntures

Todas as debêntures da 6ª emissão, emitidas em série única foram subscritas e integralizadas no dia 20 de março de 2018, sendo os seus valores e quantidades descritas da seguinte forma:

Emissões	Quantidade	Valor na subscrição
Série única (LIQP16)	122.419.299	R\$122.419
Total	122.419.299	R\$122.419

Com o encerramento das ofertas, a Companhia cumpriu com as obrigações assumidas junto a seus credores e concluiu a última etapa do alongamento de seu endividamento financeiro.

Valor Justo da Dívida: Segundo a norma CPC 38 – Instrumentos Financeiros, nas situações em que os termos e condições de uma dívida tenham sido alterados de forma significativa, devemos ter o desconhecimento do passivo existente e o reconhecimento de um novo, sendo a mensuração inicial desse passivo realizada pelo seu valor justo.

Em 31 de dezembro de 2017, pelos critérios estabelecidos pela norma, a Companhia identificou que para 2ª emissão 1ª série e para os empréstimos assumidos com Banco do Brasil e Banco Santander, houve a extinção da dívida, e o novo passivo foi reconhecido pelo seu valor justo representando um ganho nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de R\$ 263.752. A Companhia utilizou a taxa média indicativa de negociação da ANBIMA para efetuar o cálculo do Valor Justo da Dívida.

IFRS 9 Financial Instruments / CPC 48 - Instrumentos Financeiros: A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A Companhia adotou a IFRS 9/CPC 48, usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma a partir de 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos dessa norma ao período comparativo apresentado.

Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

A IFRS 9/CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no IAS 39/CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

	<u>Classificação</u> <u>IAS 39/CPC 38</u>	<u>Classificação</u> <u>IFRS 9/CPC 48</u>
Ativos financeiros (Circulante / Não Circulante)		
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Saldos a receber de partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Passivos financeiros (Circulante / Não Circulante)		
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Custo amortizado
Saldos de partes relacionadas	Custo amortizado	Custo amortizado
Risco sacado	Custo amortizado	Custo amortizado
Debêntures	Custo amortizado	VJR
Arrendamento mercantil financeiro a pagar	Custo amortizado	Custo amortizado

As debêntures renegociadas pela Companhia com adoção da norma em 1º de janeiro de 2018 foram mensuradas pelos valores justos por meio do resultado (VJR) sendo reconhecido um valor de R\$ 511.539 no patrimônio líquido e um valor de R\$ 263.521 de IR e CS passivo diferido da Companhia.

O quadro a seguir resume os impactos da adoção da IFRS 9/CPC 48 nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018:

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

	Ajustes IFRS 9 CPC 48			
	Conforme apresentado em 31/12/2018	Na adoção da norma em 01/01/2018	Até 31/12/2018 posterior a adoção	Sem efeito da IFRS 9/CPC 48
Ativo				
Total do Ativo	1.355.688	-	-	1.355.688
Passivo				
Debêntures	20	38.126	(38.126)	20
Derivativos embutidos	-	-	-	-
Outros passivos circulante	301.551	-	-	301.551
Total do passivo circulante	301.571	38.126	(38.126)	301.571
IR e CS Diferido	424.661	(263.521)	(89.689)	71.451
Debêntures	42.998	736.934	301.180	1.081.112
Derivativos embutidos	9.665	-	738	10.403
Outros passivos não circulante	496.005	-	-	496.005
Total do passivo não circulante	973.329	473.413	212.229	1.658.971
Patrimônio líquido				
Outros resultados abrangentes	157.859		(173.616)	(15.757)
Prejuízos acumulados	(283.169)	(511.539)	-	(794.708)
Reserva de capital	(22.075)	-	(487)	(22.562)
Demais contas do patrimônio	228.173	-	-	228.173
Total do patrimônio líquido	80.788	(511.539)	(174.103)	(604.854)
Total do passivo e patrimônio líquido	1.355.688	-	-	1.355.688

Impairment de ativos financeiros: A IFRS 9/CPC 48 substitui o modelo de perdas incorridas da IAS 39/CPC 38, por um modelo de perdas de crédito esperadas. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos mensurados ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultado abrangentes. A Companhia aplicou a abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida em contas a receber de clientes. A Companhia não teve impactos significativos pela adoção da norma.

IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers / CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes: A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada, definido em cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. A IFRS 15 entrou em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. Não sendo permitida aplicação antecipada.

A Companhia não teve impactos significativos pela adoção do IFRS 15 / CPC 47 em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor****a) Mudanças significativas nas práticas contábeis**

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis da companhia, tendo em vista que não houve a adoção de novos pronunciamentos ou revisões que causassem efeitos materiais nas demonstrações financeiras.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, em função do que determina a norma CPC 38 – Instrumentos Financeiros, nas situações em que os termos e condições de uma dívida tenham sido alterados de forma significativa, devemos ter o desreconhecimento do passivo existente e o reconhecimento de um novo, sendo a mensuração inicial desse passivo realizada pelo seu valor justo.

No exercício de 2018 a companhia adotou o IFRS 9 Financial Instruments / CPC 48 - Instrumentos Financeiros que substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A Companhia adotou a IFRS 9/CPC 48, usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma a partir de 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos dessa norma ao período comparativo apresentado.

Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

A IFRS 9/CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no IAS 39/CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

	<u>Classificação IAS 39/CPC 38</u>	<u>Classificação IFRS 9/CPC 48</u>
Ativos financeiros (Circulante / Não Circulante)		
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Saldos a receber de partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Passivos financeiros (Circulante / Não Circulante)		
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Custo amortizado
Saldos de partes relacionadas	Custo amortizado	Custo amortizado
Risco sacado	Custo amortizado	Custo amortizado
Debêntures	Custo amortizado	VJR
Arrendamento mercantil financeiro a pagar	Custo amortizado	Custo amortizado

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:**

Não houve alterações significativas das práticas contábeis referente ao período de 2016.

Em 31 de dezembro de 2017, pelos critérios estabelecidos pela norma, a Companhia identificou que para 2ª emissão 1ª série e para os empréstimos assumidos com Banco do Brasil e Banco Santander, houve a extinção da dívida, e o novo passivo foi reconhecido pelo seu valor justo representando um ganho nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de R\$ 263.752. A Companhia utilizou a taxa média indicativa de negociação da ANBIMA para efetuar o cálculo do Valor Justo da Dívida.

As debêntures renegociadas pela Companhia com adoção da norma em 1º de janeiro de 2018 foram mensuradas pelos valores justos por meio do resultado (VJR) sendo reconhecido um valor de R\$ 511.539 no patrimônio líquido e um valor de R\$ 263.521 de IR e CS passivo diferido da Companhia.

O quadro a seguir resume os impactos da adoção da IFRS 9/CPC 48 nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018:

	Ajustes IFRS 9 CPC 48			
	Conforme apresentado em 31/12/2018	Na adoção da norma em 01/01/2018	Até 31/12/2018 posterior a adoção	Sem efeito da IFRS 9/CPC 48
Ativo				
Total do Ativo	1.355.688	-	-	1.355.688
Passivo				
Debêntures	20	38.126	(38.126)	20
Derivativos embutidos	-	-	-	-
Outros passivos circulante	301.551	-	-	301.551
Total do passivo circulante	301.571	38.126	(38.126)	301.571
IR e CS Diferido	424.661	(263.521)	(89.689)	71.451
Debêntures	42.998	736.934	301.180	1.081.112
Derivativos embutidos	9.665	-	738	10.403
Outros passivos não circulante	496.005	-	-	496.005
Total do passivo não circulante	973.329	473.413	212.229	1.658.971
Patrimônio líquido				
Outros resultados abrangentes	157.859		(173.616)	(15.757)
Prejuízos acumulados	(283.169)	(511.539)	-	(794.708)
Reserva de capital	(22.075)	-	(487)	(22.562)
Demais contas do patrimônio	228.173	-	-	228.173
Total do patrimônio líquido	80.788	(511.539)	(174.103)	(604.854)
Total do passivo e patrimônio líquido	1.355.688	-	-	1.355.688

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, datados em 12 de março de 2019 (exercícios de 2018 e 2017), 22 de março de 2018 (exercícios de 2017 e 2016) não contiveram nenhuma ressalva.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

No entanto houve uma ênfase no encerramento do ano de 2015, referente à continuidade operacional da Companhia.

Nos anos de 2016, 2017 e 2018, permaneceu a ênfase, porém a administração vem implementando diversas ações estruturadas dando continuidade ao processo de virada financeira iniciada em 2015 e ao processo de virada operacional iniciado em 2016 visando a retomada de lucratividade da Companhia para os próximos exercícios.

Estas ações incluem a contínua melhoria da rentabilidade de contratos de clientes, contando com uma equipe reformulada e focada em realizar os compromissos assumidos, preservar nossos clientes e assumir outras frentes dentro dos segmentos de *Call Center*, *TI* e *Trade Marketing*, com aumento de qualidade, maior eficiência operacional com redução de custos e revisão de modelos de negócio, gerenciamento de endividamento, entre outras.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 Políticas contábeis críticas

Política contábil crítica é definida como aquela que é, ao mesmo tempo, muito importante para demonstrar a condição financeira e os resultados da empresa e que requer julgamentos difíceis, subjetivos e/ou complexos por parte da administração. Normalmente, as circunstâncias que tornam esses julgamentos difíceis, subjetivos e/ou complexos têm a ver com a necessidade de realizar estimativas sobre o efeito de questões que são inerentemente incertas.

Podemos considerar que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são tema que requer julgamentos complexos, por estimativas, cuja alteração na política pode ocasionar mudanças significativas nos números apresentados nas demonstrações financeiras, já que as provisões são reconhecidas quando:

- (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, em consequência de um evento passado;
- (ii) é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação; e
- (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. As avaliações das probabilidades de perdas destes processos incluem a análise das evidências disponíveis, ao disposto nas leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras****a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial**

A Companhia é arrendatária em diversos contratos que podem ser classificados como arrendamento operacional ou financeiro.

O arrendamento financeiro é verificado no balanço patrimonial, porém o arrendamento operacional não consta, conforme CPC vigente.

Desta forma, apresentamos que os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis, para os próximos anos são:

	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2018</u>
2019	48.623
2020	46.552
2021	44.862
2022	42.334
Acima de 5 anos	62.805
	<u>245.177</u>

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

As despesas de arrendamento operacional serão registradas no custo dos serviços prestados, quando realizadas, ou seja, em sua devida competência.

b) natureza e propósito da operação

Os valores de tais arrendamentos consistem em aluguéis dos *sites* da Companhia, alocados na operação de *call center*.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

O valor das obrigações assumidas, no período findo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 245.177, conforme quadro demonstrativo no item 10.6.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Plano de Negócios

a) investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos)

Investimentos em andamento

Os investimentos totalizaram R\$ 12,7 milhões em 2018, R\$ 25,2 milhões em 2017 e R\$ 15,1 milhões em 2016. Os investimentos realizados são destinados principalmente a aquisição de softwares para novos projetos.

Investimentos previstos

A Companhia segue com sua estratégia de investimento em sintonia com a gestão do capital de giro e da necessidade de atualização de seu parque tecnológico. Não há expectativa de investimentos significativos a serem realizados no exercício social de 2019.

Fontes de financiamento dos investimentos

Atualmente, a Companhia utiliza seu caixa e sua capacidade de geração de caixa, bem como linhas de financiamento vigentes com o BNDES e captação mediante emissão de debêntures e notas promissórias para financiar suas necessidades de investimento. Entretanto no futuro, se necessário, a Companhia pode continuar a expandir suas atividades por meio de outras opções de financiamento.

Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia, através de fato relevante divulgado em 09/09/2016, informou a conclusão da venda de sua Divisão Allus, que respondia por aproximadamente 30% da receita líquida do grupo, e era composta pelas operações internacionais na Argentina, Colômbia e Peru. A transação foi fechada por US\$ 192,0 milhões, e os recursos destinados à recomposição de caixa e à amortização extraordinária de dívidas no Brasil e no exterior.

b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não existe nenhuma aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam a vir influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia que não foram amplamente divulgadas durante o período ou que afetarão os próximos anos que possam ser divulgadas atualmente.

c) novos produtos e serviços

(i) Descrição das pesquisas em andamento anteriormente divulgadas

O maior desafio atual da Companhia (e do setor) é desenvolver soluções inteligentes que possam compensar a natural redução de receita do segmento de atendimento de voz com serviços digitais e off-line. Isso só será possível por meio de um atendimento que traga soluções eficientes e agregue valor aos negócios dos clientes. Nesse sentido, a Companhia continua trabalhando em iniciativas de inovação, buscando prover serviços com escopo abrangente que permitam acompanhar toda a jornada do consumidor, nos ambientes online (voz e digital) e offline (presencial/ trade). Entender o comportamento do consumidor é fundamental para conceber soluções customizadas e integradas (multicanais).

As iniciativas mencionadas acima são relacionadas ao core business da Companhia. Não há pesquisas em andamento relacionadas a novos produtos e serviços que tenham sido anteriormente divulgadas.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, pois não há pesquisas em andamento.

(iii) Projetos em desenvolvimento anteriormente divulgados

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Não aplicável, pois não há o desenvolvimento de novos produtos e serviços, que tenham sido anteriormente divulgados.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Apesar da inexistência de desenvolvimento de novos produtos e serviços, a Companhia promove frequentemente avaliações de melhorias incrementais a serem realizadas em seus produtos e serviços já existentes bem como desenvolvimento de novos, em particular nos segmentos de contact center & BPO e de tecnologia & informação. Entretanto, essas melhorias são conduzidas normalmente por equipes que se envolvem também no acompanhamento e monitoramento das operações. Portanto, atualmente, a Companhia não tem como determinar o montante exclusivamente gasto com o desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Reestruturação do perfil do endividamento financeiro da Companhia:

Foram aprovadas em dezembro de 2017 as oferta pública de distribuição de debêntures nominativas, escriturais, da espécie com Garantia Real, com garantia adicional fidejussória, em até 4 (quatro) séries, sendo a primeira e a segunda séries compostas por debêntures simples, não conversíveis em ações, e a terceira e quarta séries compostas por debêntures conversíveis em ações, da 5ª (quinta) Emissão da Companhia (“Debêntures da Quinta Emissão”), com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476 (“Oferta Restrita da Quinta Emissão” e “5ª (Quinta) Emissão”, respectivamente); e (ii) de oferta pública de distribuição de debêntures nominativas, escriturais, conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, da 6ª (quinta) Emissão da Companhia (“Debêntures Subordinadas” e, em conjunto com as Debêntures da Quinta Emissão “Debêntures”), com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476 (“Oferta Restrita Subordinada” e “6ª (Sexta) Emissão”, respectivamente, e, em conjunto com a Oferta Restrita da Quinta Emissão e com a 5ª (Quinta) Emissão, “Ofertas Restritas” e “Emissões”, respectivamente).

A Oferta Restrita da Quinta Emissão consistiu na distribuição pública, com esforços restritos de colocação, no Brasil, de, inicialmente, 1.100.000.000 (um bilhão e cem milhões) de Debêntures da Quinta Emissão, com valor nominal unitário de R\$1,00 (um real) em 13 de março de 2018 (“Data de Emissão da Quinta Emissão” e “Valor Nominal Unitário da Quinta Emissão”, respectivamente), e com as seguintes datas de vencimento: (i) 15 de dezembro de 2027, para as Debêntures da Primeira Série (conforme abaixo definido) (“Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série”); (ii) 15 de agosto de 2030, para as Debêntures da Segunda Série (conforme abaixo definido) e Debêntures da Terceira Série (conforme abaixo definido) (“Data de Vencimento das Debêntures da Segunda e Terceira Séries”); e (iii) 15 de maio de 2035, para as Debêntures da Quarta Série (conforme abaixo definido) (“Data de Vencimento das Debêntures da Quarta Série” e, em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série e Data de Vencimento das Debêntures da Segunda e Terceira Séries, “Datas de Vencimento da Quinta Emissão”), perfazendo o montante total de, inicialmente, R\$1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de reais), sendo que, na Data de Emissão da Quinta Emissão, o valor total (i) das Debêntures da Primeira Série (conforme abaixo definido) seria de, inicialmente, R\$460.000.000,00 (quatrocentos e sessenta milhões de reais); (ii) das Debêntures da Segunda Série (conforme abaixo definido) seria de, inicialmente, R\$140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais); (iii) das Debêntures da Terceira Série (conforme abaixo definido) seria de, inicialmente, R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais); e (iv) das Debêntures da Quarta Série (conforme abaixo definido) seria de, inicialmente, R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), realizada exclusivamente no Brasil, em conformidade com a Instrução CVM 476, e será coordenada pelo Coordenador Líder (conforme abaixo definido). No âmbito da Oferta Restrita da Quinta Emissão foi admitida a distribuição parcial das Debêntures, nos termos do artigo 5º-A da Instrução CVM 476 e artigos 30 e 31 da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”), sendo que as Debêntures da Quinta Emissão que não fossem distribuídas no âmbito da Oferta Restrita da Quinta Emissão deveriam ser obrigatoriamente canceladas pela Emissora, bem como observado que a quantidade mínima de Debêntures da Quinta Emissão para que seja realizada a emissão de Debêntures da Quinta Emissão de uma determinada série será de 1 (uma) Debênture da Quinta Emissão.

A Oferta Restrita Subordinada consistiu na distribuição pública, com esforços restritos de colocação, no Brasil, de, inicialmente, 130.000.000 de Debêntures Subordinadas, com valor nominal unitário de R\$1,00 em 13 de março de 2018 (“Data de Emissão das Debêntures Subordinadas”, em conjunto com a Data de Emissão da Quinta Emissão, “Datas de Emissão”, e “Valor Nominal Unitário das Debêntures Subordinadas”, respectivamente), e com data de vencimento em 30 de dezembro de 2035 (“Data de Vencimento das Debêntures Subordinadas”), perfazendo o montante total de R\$130.000.000,00 na Data de Emissão das Debêntures Subordinadas, realizada exclusivamente no Brasil, em conformidade com a Instrução CVM 476, e será coordenada pelo Coordenador Líder. No âmbito da Oferta Restrita Subordinada será admitida a distribuição parcial das Debêntures, nos termos do artigo 5º-A da Instrução CVM 476 e artigos 30 e 31 da Instrução CVM, sendo que as Debêntures Subordinadas que não forem distribuídas no âmbito da Oferta Restrita Subordinada deverão ser obrigatoriamente canceladas pela Emissora, bem como observado que a quantidade mínima de Debêntures Subordinadas para que seja realizada a emissão de

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Debêntures Subordinadas será de 1 (uma) Debênture Subordinada (“Quantidade Mínima de Emissão Subordinada”).

Em 21 de março de 2018, a Companhia divulgou fato relevante informando o encerramento das ofertas restritas da 5ª e 6ª Emissão de debêntures de sua emissão. Nesta oferta, foram distribuídas (i) 918.189.195 debêntures da 5ª emissão, sendo 376.927.142 debêntures da primeira série, 121.237.978 debêntures da segunda série, 151.039.356 debêntures da terceira série e 268.984.719 debêntures da quarta série, perfazendo um montante total de R\$918.189.195,00; e (ii) 122.419.299 debêntures da 6ª Emissão, perfazendo um montante total de R\$122.419.299,00, integralizadas mediante a entrega de dívidas financeiras e debêntures emitidas pela Liq. O resultado da liquidação física e financeira das ofertas, consideradas em conjunto, foi de R\$1.040.608.494.

Alteração da Razão Social e Aumento do Capital Autorizado

Em 30 de janeiro de 2018, os acionistas da Companhia se reuniram em assembleia geral extraordinária da Companhia e aprovaram por maioria dos presentes a (i) alteração da razão social da Companhia para Liq Participações S.A., (ii) alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir o aumento do capital social da Companhia realizado em 16 de dezembro de 2016 por meio da capitalização de créditos dos dividendos declarados pela Companhia em 30 de abril de 2015; e (iii) alteração do limite do capital autorizado da Companhia para R\$1.100.000,00 para Liq Corp S.A..

As ações de emissão da Companhia passaram a ser negociadas na B3 sob o nome de pregão “LIQ” e o código “LIQO3” em 5 de março de 2018.